



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 073

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE JULHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 073

70ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira..... 13

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 15

Dep. Elio Rusch 16

Dep. Jocelito Canto..... 17

Dep. Antonio Belinati 18

Grande Expediente:

Dep. Ademar Traiano..... 22

Dep. Fábio Camargo 24

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 25

Liderança do Bloco PPS / PMN

Dep. Douglas Fabrício 28

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin 39

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 30

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 31

Liderança da Oposição

Dep. Ney Leprevost 33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

Redação Final 35

3ª Discussão 35

2ª Discussão 35

Requerimentos 36

Encerramento da Sessão: 36

DIÁRIO Nº 073

70ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE JULHO DE 2009**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Professor Lemos e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste,

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Martins e Péricles de Mello (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Ademir Bier, Dr. Batista e Tadeu Veneri (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 802/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, Sr. Rogério Walbach Tizzot, a disponibilização de 05 (cinco) quilômetros de pedras irregulares para pavimentação da Linha Ouro Verde, situado no Município de Medianeira.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvindo o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, Sr. Rogério Walbach Tizzot, a disponibilização de 05 (cinco) quilômetros de pedras irregulares para pavimentação da Linha Ouro Verde, situada no Município de Medianeira.

A presente indicação vem ao encontro das reivindicações feitas em reunião com a comunidade local, realizada dia 28 de junho, e por solicitação dos Vereadores Vitalino José Sarati e Valdecir Fernandes.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) ADEMIR BIER

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 02 de julho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 355/08, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do projeto de lei de sua autoria, sob o número 328/09.

Antecipo as expressões de agradecimento pela atenção à presente solicitação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3274

Senhor Presidente:

O Deputado DUÍLIO GENARI, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, lhe seja concedido uma licença para tratamento de saúde, pelo período de 30 (trinta) dias.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Vilmar José Sangaletti, ocorrido no dia 30/06/09, no Município de Sulina/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Iraides Fontana Sangaletti.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem ora requerida é de fundamental importância tendo em vista que o Sr. Vilmar José Sangaletti foi um dos pioneiros de Sulina. Nascido no dia 23 de julho de 1949 em Urussunga, Estado de Santa Catarina. O seu falecimento abre uma coluna que com certeza jamais será preenchida.

Desde cedo, o ex-Prefeito deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários. E em todas as grandes decisões, participou ativamente. Era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte.

Deixou seu nome gravado na história política de Sulina, foi Vereador de 1989 à 1992, primeiro Presidente da Câmara Municipal de Sulina de 1989 à 1990, Prefeito de 1993 à 1996, atualmente presidente da Igreja Nossa Senhora Mãe de Igreja. Como Vereador e Prefeito do Município, ajudou a construir escolas, postos de saúde, igrejas. Foi um desbravador, lutando incansavelmente para proporcionar ao povo melhores condições de vida.

Soube em vida deixar uma grande marca de honestidade, caráter e retidão. Sua filha criada com muito esmero, disciplina, com certeza sentira amargamente a ausência do pai que acima de tudo foi um grande amigo. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas precisamos ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora mais do que nunca as bênçãos de Deus se fazem necessária.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 3275

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de pesar pelo falecimento da Sra. Manoela Sarmento Silva Pécoits, pioneira de Francisco Beltrão, ocorrido em 27/06/09, a sua família.

Dona Manoela, como era chamada, foi sem dúvida, uma das mulheres mais importantes da história do Sudoeste do Paraná e daí nosso reconhecimento e nossos sentimentos a sua família.

Nascida no Rio de Janeiro em 1920, casou-se com o pioneiro Dr. Walter Pécoits em 1942 na Cidade de Porto Alegre-RS, se transferiu para Erechim-RS Cidade que residiu até 1952, ano que chegou a Francisco Beltrão para fazer a sua história de lutas e conquistas pelo Sudoeste, especialmente para Francisco Beltrão.

Destaca-se como um momento da sua vida a luta na revolta dos colonos em 1957 e pelo apoio ao esposo, Dr. Walter, que foi Vereador, Prefeito, Deputado Estadual

e Secretário de Estado, em todos os momentos. Além disso, dona Manoela administrou a Policlínica de Francisco Beltrão e foi fundadora da Gralha Azul Avícola, uma das maiores empresas de Francisco Beltrão.

O Município de Francisco Beltrão e a região Sudoeste estão sentidos pela perda desta pioneira que nunca se furtou a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se solidariza com a família a quem externamos votos de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 3277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata os trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de hoje, em nossa Capital, do empresário Edgar José Prim.

Requer, outrossim, que após a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3263

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 19º Aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Iracema do Oeste, comemorado no dia 04/07/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Leônidas Neubern Rodrigues Neto, DD. Prefeito Municipal, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 04 de julho é uma data especial para a população de Iracema do Oeste. Afinal, o Município está comemorando 19 anos de realização e sucesso absoluto. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que é por volta dos anos 50 que nasceu Iracema do Oeste e tudo começou com a colonização e a chegada das primeiras famílias neste local, vindo em busca da terra fértil e abençoada por Deus. E foi com muito trabalho, luta e sacrifício que os pioneiros formaram suas famílias, construíram suas vidas e a história de Iracema do Oeste.

As dificuldades encontradas pelos primeiros moradores foram imensas. Entretanto, a população sempre unida e com esperança fez com que a comunidade cres-

cesse e participasse da vida econômica e social da região e do Estado.

Hoje, é um exemplo de trabalho, vitórias e de orgulho para toda a população. Embora tenha enfrentado todas as dificuldades que uma Cidade jovem enfrenta, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Iracema do Oeste se tornasse um Município pujante,

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 3266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Moreira Sales pela passagem, no próximo dia 25 de julho, de seus 49 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Antonio Volpato, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Ariosvaldo Antonio Fodra bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Moreira Sales estará completando seus 49 anos, no próximo dia 25/07/09, cuja efemérida será comemorada festivamente por toda a população.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Moreira Sales é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores estão dando o máximo de seus esforços para o fiel cumprimento dos objetivos propostos.

Os Prefeitos quando assumem sejam reeleitos ou eleitos iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. Cujas responsabilidades vão muito além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade, cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e investir na certeza de uma melhoria no atendimento geral de toda a população. Portanto, o apoio recebido da população mostra que os administradores estão no caminho certo.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Moreira Sales, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar como representante do povo, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no tempo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 3267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis pela comemoração, no próximo dia 25/07/09, de seus 49 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Eduardo Jucelino Silvestre, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Tranquilo Pagnoncelli, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 25 de julho, quando o Município de Mariópolis completará seus 49 anos.

Assim sendo, saudamos efusivamente o Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Jucelino Silvestre, o Vice-Prefeito Sr. Tranquilo Pagnoncelli e todos os Srs. Vereadores desse importante Município administrado por homens competentes sempre inspirados pelo desejo de bem servir a população de Mariópolis.

Os Prefeitos quando assumem sejam reeleitos ou eleitos iniciam seus mandatos gestões com grandes responsabilidades, que vão além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade, cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e investir na certeza de uma melhoria no atendimento geral de toda a população.

Portanto, o apoio recebido do povo mostra que os administradores estão no caminho certo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se orgulhoso em parabenizar toda a população de Mariópolis na festiva data da comunicação de seus 49 anos.

REQUERIMENTO Nº 3268

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, e associando-se ao júbilo dos dirigentes e beneficiários, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa o encaminhamento de congratulações ao SESI-PR, entidade que muito orgulha ao Paraná, por nesta data completar 62 anos de existência.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Criado por Heitor Stockler, em 1947, quando na presidência da FIEP, o SESI-PR iniciou suas atividades implantando serviço médico a seus associados, e funcionários da ainda incipiente industrialização de nosso Estado.

Igualmente o serviço odontológico, atenção especial ao setor de educação com ênfase ao ensino infantil, curso supletivo e alfabetização de adultos, datam dessa época.

Assistência judiciária passou a ser prestada aos industriários, assim como deu-se então especial atenção às atividades desportivas e recreativas e culturais.

Hoje, quando completou 62 anos, sob a direção de José Antônio Fares, seu diretor-superintendente, o SESI-Paraná atende 4 mil indústrias, equivalendo a 18% das 24.500 indústrias atendidas em todo o País.

Um alto grau de eficiência representado pelo apoio às indústrias no aprimoramento de seus trabalhadores, nas ações para garantir-lhes melhores condições de saúde, de conhecimento, assim como na aplicação de projetos voltados às comunidades em que atuam.

São três programas aplicados permanentemente, dirigidos à Educação Para a Nova Indústria, Indústria Saudável e Responsabilidade Social Corporativa.

Das atividades esportivas 125 mil industriários participam anualmente.

Novecentos mil atendimentos são prestados pelos programas de Segurança e Saúde, por ano.

Através do Cartão SESI trabalhadores e dependentes recebem atendimento odontológico. São 27 mil usuários das 375 indústrias, representadas por 79 sindicatos empresariais filiados à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP).

Por todos esses indicadores e, sobremaneira, pela inestimável contribuição que o SESI-PR vem dando ao nosso Estado ao longo de 62 anos, é que requeiro a presente saudação dessa Casa Legislativa ao Presidente do Sistema FIEP, Rodrigo Rocha Loures, ao diretor superintendente do SESI-PR, Sr. José Antonio Fares, e aos industriários que encontram nessa entidade o apoio que são merecedores.

Caso aprovada a presente proposição, o proponente requer seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sistema FIEP, na pessoa do seu presidente antes nominado, e o superintendente do SESI-PR, na pessoa de direito superintendente também já nominado.

REQUERIMENTO Nº 3279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos, voto de congratulações ao Coronel Jorge Luiz Thais Martins, DD. Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, pelo recebimento da Ordem do Mérito Bombeiro Militar do Distrito Federal Imperador Dom Pedro II, no grau de Comendador.

Requer, ainda, se dê ciência deste requerimento ao homenageado e ao Exmo. Sr. Coronel Anselmo José de Oliveira, DD. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Cel. Jorge Luiz Thais Martins, Comandante da gloriosa Corporação do Corpo de Bombeiros do Estado

do Paraná está sendo merecidamente homenageado com a condecoração da Ordem do Mérito Bombeiro Militar Imperador Dom Pedro II, do Distrito Federal, no grau de Comendador, destinada a agraciar bombeiros que tenham prestado notáveis serviços à corporação.

Trata-se de honraria que orgulha o nosso Estado, razão deste requerimento, que objetiva transmitir ao homenageado as nossas congratulações.

REQUERIMENTO Nº 3281

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Escola Municipal de Educação Especial Agrícola Padre José Anusz na pessoa da diretora Maria Ivanilda Palhano Grillo e o corpo técnico, pelo excelente trabalho realizado junto as pessoas portadoras de deficiência física e ou mental.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3271

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a 13ª FESCAFE.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a 13ª FESCAFE, Expo-Feira do Café, Indústria, Comércio e Pecuária de Ribeirão Claro, que tem diversas atrações culturais e artísticas, além de encontros técnicos do café e da pecuária, apresentando shows para a animação dos visitantes é uma das mais tradicionais festas de entretenimento e lazer do Norte Pioneiro, sempre com excelentes serviços e eventos conta ainda com rodeio profissional, praça de alimentação, leilões, parque de diversões e exposição de máquinas, equipamentos agrícolas, carros e motos, dentre outras atrações.

REQUERIMENTO Nº 3272

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luciano Huck.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luciano Huck, apresentador do programa de auditório Caldeirão do Huck, em que desenvolveu o quadro Soletrando. O projeto amplia o aprendizado e o conhecimento dos jovens, também chamado de Campeonato Nacional de Soletração, conta com a participação de alunos da rede pública de ensino de

todo o País. Em sua primeira fase, realiza eliminatórias internamente em todos os Estados, sendo que cada Estado elege um participante para o programa, concorrendo a um prêmio para ser investido na formação educacional do vencedor. A iniciativa é exemplo de responsabilidade social e educacional, demonstrando o seu engajamento na busca da melhora da educação em nosso País.

REQUERIMENTO Nº 3273

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Geraldo Mauricio de Araújo.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Geraldo Mauricio de Araújo, Prefeito do Município de Ribeirão Claro, Cidade que administra com responsabilidade e ética, lutando permanentemente em favor do desenvolvimento do Município, fortalecendo as cadeias produtivas que proporcionam à população melhores condições de vida. Como chefe do Poder Executivo eleito pela vontade popular, demonstra toda sua preocupação com o bem estar de seus munícipes, realizando obras sociais, incentivando a cultura, buscando soluções para a educação, fazendo do esporte um meio de socialização das novas gerações e tratando a saúde pública com especial atenção, realizando convênios que proporcionam aos necessitados mais segurança e comodidade.

REQUERIMENTO Nº 3258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando ofício do Conselho Comunitário de Segurança de Campina da Lagoa.

Tal solicitação prende-se ao fato das dificuldades e dos diversos problemas que estão ocorrendo na área da Segurança Pública do Município de Campina da Lagoa, tais como: a necessidade do aumento do efetivo policial civil e militar, a destinação de equipamentos de informática, destinação de veículos para patrulhamento, construção de uma nova delegacia de polícia e casa de custódia, e outros.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. José Antonio Pinto, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Campina da Lagoa, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 335/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam facultadas a elaborar, anualmente, o balanço social e ambiental:

I - Todas as empresas privadas, independente do limite de faturamento anual, e que a partir do exercício fiscal de 2009 tiverem registro de empregados ou não;

II - As empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da Administração Pública, independentemente do número de empregados;

III - Todas as instituições do terceiro setor que venham atuar junto ao Poder Público, em atendimento a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, a partir do ano de 2008.

Parágrafo Único. Executam-se da faculdade prevista no *caput* deste artigo, as instituições financeiras que obrigatoriamente deverão elaborar o balanço social e ambiental, independente de seu faturamento e número de empregados.

Art. 2º Balanço social e ambiental é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social e ambiental da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com a sociedade e o meio ambiente.

Art. 3º O balanço social e ambiental deverá conter informações sobre:

I - A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor pago a empresas prestadoras de serviço;

II - Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antiguidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa, percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III - Valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV - Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V - Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII - Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII - Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX - Outros benefícios; seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X - Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI - Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII - Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluente e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, neutralização e compensação ambiental relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII - As instituições do terceiro setor deverão apresentar o resumo do custo social por atividade, dentro das exigências do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e das recomendações do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, e ou OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a demonstração

das ações sociais e gratuidade conforme as legislações pertinentes as suas atividades.

Parágrafo Único. Os valores mencionados no balanço social e ambiental deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e o lucro operacional da empresa, respeitando a NBC T 15 e demais normas.

Art. 4º As instituições do terceiro setor mencionada no artigo 1º deverão dar publicidade ao seu balanço social e ambiental, na forma dos artigos 7º e 8º desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano, em cumprimento à resolução do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 5º As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o balanço social e ambiental juntamente com aquele, respeitando as normas contábeis.

Art. 6º As empresas ou as instituições que venham a participar de licitações, convênios, termos de parceria, termos de cooperação ou outras formas de atuação junto ao Poder Executivo Estadual deverão apresentar o balanço social e ambiental.

Parágrafo Único: A não conformidade do balanço social e ambiental será motivo de impugnação da contratação.

Art. 7º As empresas ou instituições, com sede em outros Estados, deverão apresentar o balanço social e ambiental realizado na sua sede, bem como apresentar, na proposta de contratação, o valor mínimo de benefício social e ambiental a ser realizado no Estado.

Art. 8º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço e Ambiental das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico-social.

Art. 9º A partir do exercício fiscal de 2009, todas as empresas enquadradas nos incisos I, II, III e IV do artigo 1º, apresentarão o balanço social e ambiental.

Art. 10. O balanço social e ambiental do setor público e autarquias serão afixados na entrada principal dos estabelecimentos da empresa ou em seus sites na internet nos seis (06) primeiros meses da sua divulgação.

Art. 11. É garantido o acesso e divulgação do balanço social e ambiental aos empregados da empresa e às autoridades e órgãos Governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 12. As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidos pela legislação.

Art. 13. As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública, bem como não poderão ser beneficiados com incentivos fiscais e programas de crédito oficiais, estando sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Poder Público Estadual, que será dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 14. Para instituições do terceiro setor que tenha sido contemplado com o título de utilidade pública estadual, o mesmo para sua manutenção da titulação, deverá apresentar o balanço social e ambiental balanço social e ambiental até o prazo determinado no artigo 4º da presente lei.

Parágrafo Único. A não apresentação do balanço social e ambiental implicará a perda da titulação, bem como não poderá firmar convênios ou receber subsídios.

Art. 15. As empresas com sede ou filial no Estado, que venha requer a sua certificação de conformidade as normas do balanço social e ambiental, os respectivos conselhos estaduais poderão validar ou não as ações das mesmas.

Art. 16. O setor governamental, autarquias e empresas públicas do Estado deverá incluir no seu cadastro de fornecedores a exigência da apresentação do balanço social e ambiental como item de restrição.

Art. 17. As empresas e organizações que tenha sua sede em outro Estado tem que comprovar a realização das ações sociais e ambientais, proporcionalmente equivalente a sua movimentação econômica e financeira e nos seus resultados.

Art. 18. O Poder Executivo poderá através de regulamentação desta lei, criar um conselho ou grupo de trabalho especial de políticas públicas, que consiste no colegiado das representações dos diversos conselhos estaduais constituídos para validar e acompanhar as eficiências das ações sociais e ambientais praticadas pelas empresas, setor governamental e instituições do terceiro setor no Estado.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de cento e oitenta (180) dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua

plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do projeto de lei que institui a Lei de Responsabilidade Social e Ambiental no Estado do Paraná, consiste em criar uma referência legal para retenção e aplicação de recursos disponibilizados pela legislação federal, estadual e municipal, em prol das ações sociais e ambiental, junto com a comunidade local, estabelecendo forma de exercício democrático nas ações integrando políticas públicas, empresas e instituições do terceiro setor.

O presente projeto de lei têm como objetivos principais:

- preparar o Estado do Paraná e seus Municípios para receberem investidores dentro do conceito de responsabilidade social e ambiental;
 - reter no Estado e municípios a renúncia e incentivo fiscal das empresas privadas instaladas no Paraná, disponibilizado pela legislação Estadual e Federal;
 - aumentar a capacidade de circulação e retenção da economia;
 - criar sistema de financiamento social as pessoas e microempresas que não tem acesso ao crédito tradicional formal;
 - gerar emprego e renda;
 - promover o equilíbrio do desenvolvimento sustentável social e ambiental;
 - melhorar a qualidade de vida da comunidade, buscar equilíbrio e reduzir a desigualdade social e econômica;
 - permitir a avaliação do desempenho social e ambiental das organizações do terceiro setor, para efeito de renovação da certificação de utilidade pública estadual;
 - melhorar o índice de qualidade de vida definido como IDH, IDBE, etc.;
 - reter 2% do depósito a vista, dos bancos instalados Paraná, para fornecimento de crédito a pessoas que não tenham conta bancária ou com problemas no SERASA e SPC, para desenvolver negócios na comunidade, conforme resolução Banco Central.
- O presente projeto de lei de Responsabilidade Social e Ambiental tem como princípios:
- que os órgãos públicos do Estado e suas autarquias, deverão solicitar de seus fornecedores, quando da realização de carta convite, tomada de preço, concorrência e concursos o balanço social e ambiental no seu edital;
 - o desenvolvimento pelo Poder Público de programas de responsabilidade social e ambiental nas suas organizações em conformidade as normas vigentes;

- a integração das ações dos conselhos estaduais com o setor privado e a comunidade;
- a melhorar nos índices da avaliação como IDH, IDEB, etc;

- o estabelecimento de políticas pública de conformidade aos 08 (oito) objetivos do milênio estabelecido pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei que cria o balanço social e ambiental para as empresas estabelecidas no Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 336/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas que operam o transporte de passageiros nas Regiões Metropolitanas do Paraná fornecerão 30 passagens gratuitas por mês para trabalhadoras e trabalhadores desempregados.

Art. 2º A concessão do benefício deverá atender todas as pessoas que estiverem interessadas na busca de um posto de trabalho.

Art. 3º O Governo do Estado designará o órgão que ficará encarregado do cumprimento no disposto neste projeto, cadastrando os desempregados interessados e fiscalizando para que os referidos passses livres sejam efetivamente utilizados para a procura de emprego.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A maioria das pessoas desempregadas geralmente não tem dinheiro nem mesmo para pagar a passagem de ônibus. Muitos moram longe da empresa onde poderiam ir, na expectativa de conseguir o trabalho desejado. Se saírem a pé de casa, para procurar emprego, vão chegar transpirando nas lojas, indústrias, clínicas, escritórios, etc.

O resultado é o mesmo de sempre: terão o emprego negado, pois, sua aparência e, às vezes, o desagradável resultado do suor, não agrada o empregador. E, assim, a vaga ainda que existente, será negada. O fornecimento do passe livre, conforme estabelece a presente matéria, terá pouco efeito na economia das empresas concessionárias do transporte metropolitano.

Mas, para quem está sem emprego, o benefício será de grande valor social.

PROJETO DE LEI Nº 337/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Agropecuária Nova SANEPAR, com sede e foro no Município de Catanduvas - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Agropecuária Nova SANEPAR é sociedade civil, sem fins lucrativos, com as seguintes finalidades:

a) reunir, representar e defender os interesses dos agropecuaristas nas questões técnicas, sociais, econômicas e políticas;

b) promover o desenvolvimento agropecuário dos produtores da comunidade;

c) auxiliar os associados nas questões de aquisição dos insumos, máquinas, e equipamentos, bem como auxiliar na comercialização da produção de seus sócios;

d) divulgar técnicas atualizadas, de agropecuária e processamento da matéria-prima, com base em resultados de pesquisa e experimentação;

e) propugnar pela solução dos problemas técnicos-científicos, sociais, econômicos e políticos inerentes e agropecuária;

f) promover a importação e apoiar a comercialização que interessam aos associados.

A Associação Agropecuária Nova SANEPAR, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme se comprova com os documentos anexados. Pois, possui personalidade jurídica sem fins lucrativos, conforme demonstrado no estudo, com certificado do registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Catanduvas, Estado do Paraná.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 338/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Ampére, do Lote Urbano nº 06, com área de 930,60m2, situado na rua Arthur Kridges naquele Município, constante da Matrícula nº 5290, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, que ficará gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, será utilizado pelo Município de Ampére, exclusivamente, para a continuidade dos trabalhos do Posto de Saúde NIS I, revertendo ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa do assim estabelecido.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, objetivando a doação, ao Município de Ampére, do Lote Urbano nº 06, com área de 930,60m2, situado à rua Arthur Kridges naquele Município, constante da Matrícula nº 5290, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

Com a municipalização da Saúde Pública, o Município passou a manter o NIS I (Posto de Saúde), que está localizado no imóvel acima descrito.

O Município de Ampére objetiva, além de manter a continuidade dos trabalhos do posto de saúde, construir ao lado deste imóvel a Clínica da Mulher, para atender a comunidade do Município e da Região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano em tela.

PROJETO DE LEI Nº 339/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui o Alerta Amber no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único: O Alerta Amber de que trata o *caput* do artigo é um dispositivo utilizado em alguns países que objetiva agilizar o processo de recuperação de crianças e adolescentes desaparecidos através da divulgação de emergência por emissoras de radiodifusão e sites de internet.

Art. 2º O programa obedecerá à seguinte metodologia:

I - primeiramente oficiais policiais confirmam o rapto e/ou desaparecimento da criança;

II - A polícia confirma que a criança está em perigo de ferimento ou risco de vida;

III - Evidência é juntada para ajudar na rápida recuperação da criança.

Art. 3º As emissoras de rádio, televisão e sites, de órgãos públicos paranaenses, ficam obrigados a veicular, nos termos dessa lei, alertas com o nome e imagem de crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 4º Os alertas obedecerão às seguintes condições:

I - o acordo e consentimento dos pais;

II - a confirmação do rapto da criança, excluindo a possibilidade de fuga;

III - o real perigo a integridade física ou a vida da vítima;

IV - as informações e elementos permitem localizar a criança ou seu raptor;

V - a vítima deve ser menor de idade.

Art. 5º As informações sobre as crianças e adolescentes desaparecidos de que trata essa lei conterão:

I - nome do desaparecido;

II - fotografia ou retrato falado do desaparecido;

III - indicação de contato com a autoridade policial responsável;

IV - números de telefones e endereços eletrônicos aptos a receber informações sobre desaparecidos;

V - demais informações relevantes para a identificação e recuperação do desaparecido a critério da autoridade policial.

Art. 6º Os horários de divulgação, na forma do artigo 4º, dos alertas nas emissoras de rádio e televisão do âmbito estadual será regulamentado conforme discussão da Secretaria de Segurança e a AERP (Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná).

Parágrafo Único - Os alertas deverão totalizar no mínimo 20 minutos semanais, na forma de inserções nos intervalos da programação.

Art. 7º Os sites de internet do Governo veicularam as divulgações, na forma do artigo 4º, conforme as regras de seu funcionamento.

Art. 8º Esta lei entra em vigor no prazo de 120 dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O sistema Amber Alerta foi intulado em referência ao rapto de Amber Hagerman no Texas em 1996. A menina foi raptada em frente a sua casa enquanto brincava, um vizinho testemunhou na delegacia denunciando o caso e descrevendo o sequestrador e o seu veículo. Este caso incitou a população e as autoridades locais a instituir um plano de emergência no caso de rapto de crianças. Tal plano, consiste em divulgar o mais rápido possível um alerta via televisão, rádio, painéis de rodovias e mensagens sonoras nas estações de ônibus, trem e nos aeroportos.

Os especialistas em criminologia apontam que é necessário ser o mais ágil possível nestes casos de rapto e desaparecimento, já que as primeiras 24 horas podem ser decisivas. É necessário mobilizar em poucas horas meios consideráveis para uma difusão massiva de informações

sobre a identidade da criança desaparecida ou da criança vítima de rapto. É necessário sensibilizar diretamente as pessoas, que podem vir a serem testemunhas, sendo que a única forma é possível é com o lançamento de mensagem de alerta através dos meios de comunicação social.

A mobilização dos países nesse sentido é enfática, a França experimentou este sistema desde 2004 e adaptou-o definitivamente em 2006, Bélgica e Suíça estão introduzindo o mesmo sistema desde 2008, a Europa esta trabalhando na construção de um dispositivo Alerta Amber europeu e na criação de uma lista européia eletrônica dos menores de idade desaparecidos.

Entre 2002 e 2005, são 325 alertas relativos a 386 menores de idade que foram lançados nos Estados Unidos. Nos Países que aplicam o plano Alerta Amber centenas de crianças foram reencontradas rapidamente e sem ferimentos.

No Brasil, os dados sobre o desaparecimento de crianças são imprecisos, devido a falta de cadastro, porém acredita-se, segundo uma pesquisa realizada há dez anos pelo Movimento de Direitos Humanos, com o apoio do Ministério da Justiça, que aproximadamente 40000 (quarenta mil) crianças desaparecem por ano no Brasil.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI N° 340/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica dispensado de comprovar por meio de histórico escolar ou diploma, a conclusão do antigo primário e do ginásio, aquele que concluiu os estudos antes da sanção da Lei n° 5692 de 11/08/71, valendo para tanto a comprovação de conclusão do então chamado colegial, hoje conhecido como ensino médio.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.
(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Estado do Paraná, por meio de sua Secretária de Educação, tem exigido comprovação por meio de histórico escolar ou diploma, de curso de antigo primário ou ginásio.

Acontece que antes de entrar em vigor a Lei n° 5692/71, que reformou o ensino primário e médio em todo País, as escolas públicas em geral negligenciavam o histórico escolar dos alunos. Por isso, a maioria das escolas não tem registros do período anterior à referida lei.

Além disso, muitas delas já deixaram de existir, e não há nenhum arquivo com os dados dos alunos que pas-

saram por elas, ficando impossível achar documentos que comprovem a atividade escolar daquela época.

Diante de tais dificuldades, o presente projeto de lei tem o objetivo de dar fé pública ao diploma ou histórico escolar obtido na sequência da vida estudantil do aluno, sendo aceito para comprovação da conclusão do ensino fundamental antes de 1971, a apresentação de diploma ou histórico do curso que o sucedeu.

PROJETO DE LEI N° 341/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Ficam obrigados nos concursos para a ocupação de cargos em órgãos públicos do Estado do Paraná, para a atividade profissional de jornalismo, a apresentação do diploma em curso Superior.

Parágrafo Único. O diploma de que se trata o *caput* do artigo 1° deverá ser em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art. 3° Caberá aos órgãos públicos estaduais, que promoverem o concurso, a informação expressa em edital da exigência do referido diploma.

Art. 4° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.
(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa exigir a apresentação do diploma da Comunicação Social, com habilitação em jornalismo expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação para exercício da profissão de jornalista nos concursos para ocupação de cargos em órgãos públicos no Estado do Paraná.

A exigência do diploma nos órgãos públicos é uma maneira de zelar pela qualidade da informação, já que o jornalista, sobretudo o que atua em órgãos públicos, além de técnica, tem que ter uma formação ética e comprometida com a qualidade, já que é ele que dá transparência às ações do Poder Público.

A presente proposta, se aprovada, não mudará a dura realidade que os jornalistas brasileiros enfrentam nesse momento, porém com esse tipo de medida e com os esforços das entidades de classe, dos jornalistas e de toda a sociedade, podemos pressionar para uma nova regulamentação da profissão.

O Supremo Tribunal Federal (STF), com a decisão de não exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, não tornou sem efeito legal o Decreto-Lei n° 972/69, uma vez que não excluiu a profissão. Profissão esta, prevista na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

O compromisso do Jornalista é transmitir uma informação de qualidade, principalmente, quando atua dentro do Poder Público, respeitando o princípio da Publicidade, com a transparência das ações.

Diante do exposto pede-se o devido apoio e a consequente aprovação da referida proposta.

PROJETO DE LEI Nº 342/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Conselho Comunitário de Segurança de Cianorte, com sede e foro na Cidade de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Há 25 anos o Conselho de Cianorte vem promovendo a aproximação e entrosamento entre a autoridade policial e a comunidade, contribuindo com sugestões, reivindicações, iniciativas, obras e atos, sempre com a finalidade de ampliar a segurança do cidadão e da comunidade.

Tendo em vista a importância do trabalho desenvolvido por este conselho, necessário a declaração de utilidade pública para possibilitar o seu crescimento com parcerias e convênios com órgãos do Estado do Paraná.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, nossos telespectadores da TV SINAL.

Hoje pela manhã, sob a presidência do Deputado Ney Leprevost, tivemos uma Audiência Pública da Comissão de Saúde, para discutir o substitutivo geral que foi aprovado pela CCJ em relação aos projetos dos Deputados Stephanes Júnior, Antonio Belinati, Romanelli, e também a mensagem do Governador atendendo um pedido do Ministério Público do Estado do Paraná.

Confesso, Deputado Belinati, quando chegamos a Audiência Pública, comentei com a Deputada Rosane Ferreira que estava estranhando a hora que o Deputado Ney Leprevost começou a nominar as pessoas, e que percebi nitidamente que eram pessoas e entidades que são conta a implantação dessa lei no Estado do Paraná, ou

pelo menos defendem a modificação, principalmente com a implantação dos denominados fumódromos.

Tínhamos lá quatro ou cinco pessoas ligadas à área de Saúde, um representante do CRM, um da Associação Médica Brasileira, um da Secretaria Estadual de Saúde, outro da Secretaria Municipal de Saúde, outro do Conselho Estadual de Pediatria, mas a argumentação técnica dessas pessoas, que eram visivelmente em número menor àqueles que eram contrários ao projeto, nos ensinou muito, Deputado Neivo Beraldin.

Por exemplo, eu que cheguei a afirmar, na qualidade de relator, que poderíamos discutir, de repente, até a incorporação ao substitutivo de uma emenda de Plenário, garantindo àqueles espaços que quiserem criar esse local para fumar, os chamados fumódromos, desde que não houvesse um prejuízo à saúde.

Porque só se justifica essa lei do ponto de vista da manutenção do interesse público, da preservação da saúde, e também do respeito ao direito dos consumidores. Senão não pode uma lei estadual. Foi isso que nós, dentro da técnica, da construção, da legalidade, elaboramos esse substitutivo.

Para nossa surpresa, tivemos por parte das pessoas técnicas ligadas ao assunto, a informação de que não existe cientificamente a comprovação que com a instalação de fumódromos minimizaríamos os impactos e os danos do tabaco na Saúde Pública.

Mas subo à tribuna não só para fazer esse relato da coerência, enaltecer a argumentação e a contribuição que as pessoas ligadas à Saúde deram nessa Audiência Pública para que o projeto permanecesse da maneira como está, mas também, principalmente, para pedir ajuda a todos aqueles que nos assistem para que encaminhem mensagem aos seus Deputados.

Sabemos que os 54 Deputados tem plena consciência dos seus votos, das suas ações aqui nesta Casa, mas desde a semana passada, estranhamente, alguns Municípios estão tendo reuniões, estão tendo Audiências Públicas em Câmaras de Vereadores, tendo mobilizações, principalmente pequenos Municípios, onde haja pessoas que cultivam o fumo com terrorismo, alegando que esse projeto vai proibir o cigarro e eles não terão mais o que plantar.

É uma inverdade, até porque as pessoas não estão proibidas de fumar, elas só terão que fumar naqueles locais onde não há prejuízo à saúde dos outros e também onde se respeite o direito daqueles que não fumam.

Lógico que isso, num médio espaço de tempo, maior ainda, teremos uma redução do consumo do tabaco no Paraná, até porque uma pessoa não vai deixar de ir a um bar, a uma danceteria, a um restaurante porque não pode mais fumar dentro do restaurante. Mas se hoje ela vai a um restaurante, termina de almoçar, toma o cafezinho e começa a fumar um cigarro, começa aquela morosidade, é gostoso, a cultura, é isso que é agradável, você sair com os amigos, tomar, fumar. Assim como antigamente, e não estou falando de muitos anos atrás, você

praticar esporte tinha que fumar Hollywood, é uma outra cultura.

Tenho certeza que a pessoa não vai deixar de ir ao restaurante. O que vai diminuir é que essa pessoa, se ela fumava cinco, 10 cigarros dentro da lanchonete, conversando com os seus amigos, ela vai fumar um, porque vai lá fumar e volta. Ela não vai se privar do convívio com os amigos para sair na rua fumar e voltar. Certamente vai diminuir o consumo.

O espírito da lei é justamente esse. O apelo que faço, principalmente aos telespectadores, e se a imprensa aqui presente puder repercutir esse apelo, é para que a comunidade paranaense, os estudantes, mães de família, pais de família, inclusive os fumantes, possam contatar com os seus Deputados, porque a pressão que está ocorrendo em relação aos Municípios, que têm pessoas que plantam, para que eles contatem os Vereadores, e para que os Vereadores contatem o Prefeito, para que o Prefeito pressione o Deputado para votar contra. Isso pode fazer com que alguns Deputados possam ter a sua convicção do voto não abalada, mas muitas vezes colocada em dúvida.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Peço esse apoio porque estaremos, espero que ainda antes do recesso Parlamentar, diante de uma oportunidade histórica aqui nesta Casa. Poderemos passar uma legislação moderna, criando uma lei eficaz, e essa lei só será eficaz, não em virtude da multa, mas em virtude da consciência coletiva. Não é porque existirá ameaça de entrar um fiscal da Vigilância Sanitária, ou de alguém do PROCON que vai multar o fumante ou o estabelecimento, que essa lei se tornará uma realidade no Paraná. É porque se cria, ou não, uma consciência coletiva. Se começarmos a fatiar, a flexibilizar a lei, essa lei, infelizmente, não vai servir para nada.

Essa é uma convicção, não é radicalismo, se trata de convicção, e a convicção que temos é que nós, os Deputados, que vamos votar a lei.

Teremos uma dicotomia muito grande, que é defender o interesse econômico, principalmente das empresas de tabaco que estão causando, sim, um terrorismo, dizendo que vai se proibir o cigarro no Estado do Paraná, ou interesse coletivo, não só do presente, mas principalmente do futuro.

Falo isso com muito mais propriedade, porque depois da Audiência Pública hoje, escutei um representante do Conselho de Pediatria do Estado do Paraná dizer que essa lei interessa aos pediatras do Paraná, porque 90% do vício do cigarro começa antes dos 19 anos.

Outra afirmação que teve um representante do Conselho de Psiquiatria do Estado do Paraná é a de que, através das drogas lícitas, do cigarro, é que você tem um passaporte para as drogas ilícitas.

Uma outra afirmação que fizeram é a de que, enquanto a criança, dentro da sua casa, na sua escola, tem uma disciplina, uma orientação de que o cigarro faz mal, ela tem o exemplo do pai e da mãe que não fumam, logo na sequência, e na maioria das vezes, o vício do cigarro se firma na adolescência e na juventude, 90%, ela sai para o convívio com os colegas, no barzinho, e passa a ter a influência do meio em que vive, daqueles locais de circulação comum, que são justamente estes locais que queremos preservar.

Então, teremos aqui um debate - como foi o debate hoje lá na Comissão de Saúde - grandioso, enaltecer, que com certeza enriquece o processo legislativo. Mas peço à toda aquela paranaense e àquele paranaense que têm convicção de que na vida temos que fazer opções, os Deputados terão que fazer uma opção difícil. A pressão é muito grande. Virão pressões dos Municípios que produzem fumo, que industrializam fumo, das associações que equivocadamente entendem que vai diminuir o movimento nos bares, nas lanchonetes e similares. É equivocado, porque se num primeiro momento diminuir, na sequência você incorpora isso como um costume.

Então, peço aos paranaenses que liguem para suas Deputadas e seus Deputados, que mandem e-mails, porque este projeto, com certeza, tem tudo para contribuir e trazer o Estado do Paraná à vanguarda de legislação de interesse público. E nós podemos fazer a história.

Agora, se flexibilizarmos, infelizmente vai ser mais uma lei que cairá no esquecimento. Por exemplo, o Deputado Ney Leprevost chegou a falar de uma lei, de sua autoria, que proíbe o consumo de cigarros onde haja circulação. Esta lei está em vigor. Ninguém conhece. O próprio médico que estava lá não conhecia, se ele não falasse.

É disso que precisamos. A partir do momento que se flexibilizar a lei que regulamenta onde se pode fumar no Paraná, vai existir a dúvida: aqui pode, aqui não pode? Então, é melhor dizer o seguinte: não pode. Só pode fumar na rua, naqueles locais onde o cigarro ou o fumo faz parte da liturgia, daquela religião, e naqueles locais de realização de reuniões religiosas, em estabelecimentos médicos onde o médico prescreve o uso do cigarro para o seu paciente, em tabacarias exclusivas.

Inclusive, quero falar de uma preocupação do Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que se abririam bares e tabacarias, restaurantes e tabacarias. No substitutivo geral está que os estabelecimentos onde se poderá fumar são aqueles exclusivamente destinados ao consumo de cigarros. Não tem jeito de se abrir bar e tabacaria. É tabacaria exclusiva.

E aquele não fumante, que entra numa tabacaria, sabe que vai entrar lá e sentir a fumaça. E estes três locais fechados, onde será permitido, pelo substitutivo geral, se aprovado nesta Casa, terão que ser dotados de mecanismos que protejam aquele espaço comum, que é o que queremos preservar, o respeito aos consumidores que circulam nesses espaços comuns e principalmente a contri-

buição para a saúde, não só dos não fumantes, mas dos próprios fumantes.

A exclusão dos fumódromos do substitutivo geral, hoje tivemos a comprovação, não existe a comprovação de que os riscos à saúde dos fumantes não são agravados quando ele vai a um fumódromo. Até porque a fumaça que ele inala, através do filtro do cigarro, tem uma certa filtragem de todos aqueles ingredientes do cigarro. Agora, aquela fumaça que ele inala, que fica dentro do fumódromo, não tem esta filtragem. E a proteção da saúde que a lei quer garantir aos paranaenses não é somente aos não fumantes. É inclusive aos fumantes. Porque queremos preservar, também, os interesses dos fumantes, e se eles tiverem que ir a um fumódromo, eles vão estar agravando a sua saúde, e é isso que nós não queremos.

Então, quero finalizar aqui, pedindo mais uma vez à imprensa do Paraná que, se puder, mobilize os seus leitores, os seus ouvintes, para que contatem os Deputados. Daquilo que parece tão óbvio, poderemos ter uma surpresa no Plenário. Vamos respeitar o resultado seja ele qual for, mas tenho por obrigação informar que os setores econômicos estão diretamente sentindo-se afetados por esse projeto de lei, estão mobilizando-se e estão fazendo com que Deputados sejam pressionados.

Então, peço pelo menos que as pessoas que entendem a grandeza dessa lei para o Estado do Paraná, que também mobilizem-se e manifestem apoio aos seus Deputados, independente da sigla partidária, porque é bom para os Deputados escutarem e sentirem que todas as leis que votamos aqui podem ter os prós e os contras, mas o que não podemos é perder a oportunidade. Com certeza, se perdermos esta oportunidade, quem pagará a conta será o futuro do Estado do Paraná, essas crianças, até porque como foi dito lá, o que o Estado arrecada com impostos é bem menor do que ele gasta com os danos causados pelo cigarro àqueles que procuram a rede pública de saúde.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Apenas fazendo uma observação e até uma sugestão para os nobres Pares. O Deputado Reni Pereira ocupou a tribuna, mas ele não havia digitado a sua presença e, conseqüentemente, pelo menos no painel eletrônico, apesar de ter se pronunciado, ele está ausente na Sessão Plenária.

Há um dispositivo nesse painel que quando o orador está fazendo uso da palavra, o nome aparece em destaque, em amarelo, e confesso a V. Exa. que tive dificuldades de saber se ele estava no Pequeno Expediente ou usando o horário do partido ou do bloco suprapartidário, e aí fiquei em dúvida se poderia ou não ter pedido um aparte. Apenas para contribuir para o bom andamento da Sessão Plenária.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Procede a questão de ordem de V. Exa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa assiduamente presente, senhoras e senhores, telespectadores.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, embora estivesse um tanto que relutante para tocar nesse assunto, mas o faço porque penso ser oportuna a ocasião de todos nós, indistintamente, ocupados ou não com uma posição no Legislativo, desde o cidadão comum até aqueles que foram consagrados nas urnas e hoje representam uma parcela do Estado paranaense, sobre a questão dessa situação, agora um tanto que confusa, do crime intitulado de crime do Morro do Boi, em Matinhos. Certifiquei-me que nenhum Parlamentar, antes deste Parlamentar que vos fala, ocupou a tribuna para tocar no assunto, e uma vez que esse tema não foi abordado, faço-o a partir de agora.

Para aqueles que estão nos assistindo, ou aqueles que ainda estão um tanto que sem compreender ou a par do assunto em pauta, trata-se de um crime bárbaro, onde um jovem casal fora abordado em seu passeio em uma trilha em um ponto turístico do nosso Estado, em Matinhos, o Morro do Boi, a fim de irem para uma praia, Praia dos Amores, e abordados por um cidadão comum que aparentemente dizia-se ser uma pessoa especializada para acompanhamento da trilha, e que por fim não era. Acabou utilizando uma arma de fogo e assassinando o rapaz, o jovem Ozires, e ainda praticado violência sexual à jovem Monique.

Ora, não estou aqui para remoer o que a imprensa já tem exaustivamente, feito no que diz respeito ao equívoco policial, ou a equívoco das investigações, ou o que podemos chamar, Deputado Jocelito Canto, de precipitação deste ou daquele setor. Mas é obviamente partindo do pressuposto que onde há figura do ser humano, obviamente, nesta área, haverá a fragilidade proporcionada pelo próprio ser humano, até porque um ditado popular afirma que errar é humano. Então, tem a figura do ser humano, Dr. Cheida, essa pessoa é passível de erro: os médicos, classe extremamente importante, preciosa, é sujeita a erro, nós Parlamentares somos sujeitos a erros, o Sacerdote é sujeito a erros, o ser humano como um todo, errar é humano.

Então, não é sobre este ponto, pura e simplesmente, que quero falar, e poderia, como um Parlamentar que não faz parte da base de sustentação do Governo, tecer aqui críticas e mais críticas sobre o despreparo da Polícia, do sistema de Segurança Pública, etc. e tal. Não é essa a nossa intenção, Deputado Elio Rusch, mas provocar literalmente uma reflexão, senhores membros da

imprensa, senhoras e senhores, porque imagine um homem que foi preso, e hoje percebe-se que o único crime que ele cometeu é ter uma grande semelhança ao real criminoso. Então, infelizmente, os traços comuns são muito parecidos com o retrato falado da descrição da vítima que sobreviveu, e fora isso não há mais nada, absolutamente nada.

Podia tê-lo feito desde o dia 17...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sabendo que será insuficiente esse um minuto, Sra. Presidente, passo a usar o horário do Bloco Suprapartidário.

Portanto, no mais, todos os outros itens o inocentavam, ou pelo menos não o incriminavam. O exame de DNA não era compatível com o exame de sangue, a mancha de sangue na camiseta, o fato dele morar a 22 quilômetros do local do crime, e outros itens mais que não daria tempo de pontuar. Mas imagine um cidadão preso desde o dia 17 de fevereiro, portanto, fevereiro, março, abril, maio, junho, quase cinco meses, não tivesse esse fato novo surgido; e a destruição, ou o caos pelo qual a vida desse cidadão passou, e continuará passando, se casado, porque eu não sei se esse cidadão era casado, mas imagine essa situação, as acusações, a exposição na mídia, exaustiva e farta exposição Deputado Neivo Beraldin, causaram obviamente um transtorno, um dano irreversível ao seu casamento...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para informar V. Exa. que o Deputado Reni Pereira fez uso, sim, do horário do bloco do qual faz parte o seu partido. Concedo portanto mais um minuto para que V. Exa. conclua.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

É por essa razão, Sra. Presidente, que eu tinha questionado a não presença dele. Pediria a benevolência para que eu falasse mais cinco minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Darei um minuto, pois hoje haverá duas Sessões, e V. Exa. estará inscrito no Pequeno Expediente da outra Sessão e também o horário do seu partido, se assim o desejar.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Fazendo uso desse um minuto, embora retomarei o assunto na Sessão subsequente, quero apenas reafirmar que a intenção deste Parlamentar, em hipótese alguma, é tecer de forma brusca, ignorante, cega, qualquer crítica ao atual Governo, qualquer crítica à política de Segurança, porque penso que esse caso lamentável, infeliz caso, pode e deve, a cada um de nós, trazer um momento

de reflexão e de aprendizado para que outros erros, que estarei abordando na sequência, possam ser evitados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Pequeno Expediente para falar sobre o 3º Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura no Brasil, que vai iniciar hoje até dia 3 em Foz do Iguaçu. A nossa Região Oeste, de uma forma especial, é grande produtora de carne suína. E, muitas vezes, esses produtores dessa carne preciosa não são reconhecidos pelas grandes empresas, pelas indústrias, pelos distribuidores, não valorizam o trabalho do nosso produtor e aquilo que chega à mesa do consumidor, tanto do mercado interno quanto externo.

Os agricultores vivem um momento difícil. Se não bastasse a crise econômica que vive hoje o mundo, convivemos ainda com a supervalorização do dólar, que puxa para baixo o preço da carne para os exportadores.

Hoje o custo de produção da carne suína chega em torno de R\$ 2,30 a R\$ 2,40 o quilo. E o nosso produtor vende esse suíno por R\$ 1,85. Existe hoje um prejuízo para os produtores da carne suína.

O que acontece em Foz do Iguaçu é o 3º Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura. Diversos economistas, pessoas de renome que conhecem o mercado interno e externo, mas conhecem, acima de tudo, as problemáticas que envolvem os nossos produtores e a carne suína.

Se não bastasse tudo isso que tenho levantado, a crise econômica, a desvalorização do dólar, vivemos com outro grande dilema, que hoje continua se falando: a gripe suína. Ora, não é concebível, não se sabe de onde se tirou esse nome da tal da gripe suína. Não existe gripe suína. Essa gripe não se transmite de animais para seres humanos, nem de animais para suínos. Não existe um suíno no planeta inteiro que tenha morrido, Deputado Belinati, por causa dessa famosa e tão falada gripe suína que eles falam. O que existe, na verdade, é a gripe H1N1, Influenza A, que inventaram chamar de gripe suína.

Milhares de brasileiros, milhares de pessoas no mundo inteiro deixam de consumir a carne suína com medo de que essa carne possa transmitir essa gripe para o ser humano. Ora, fazemos um apelo. Já falamos uma vez, desta Casa para a imprensa, que sabemos que a grande mídia continua falando: "Olha, tantas pessoas estão contaminadas com a gripe suína no Brasil." Não existe gripe suína, existe a gripe H1N1. Chamem de gripe A, mas vamos preservar a nossa carne suína, vamos preservar os

nossos produtores que estão levando um prejuízo violento.

Em Foz do Iguaçu vai acontecer, neste final de semana, um Seminário em que vamos participar. Vamos nos deslocar daqui a pouco. Por esta razão, Sr. Presidente, não vou permanecer até o final da Sessão, porque vamos a Foz do Iguaçu. Vamos participar da abertura, às 19h, que acontece em Foz do Iguaçu, porque é nossa região e somos defensores, como todos os Srs. Deputados também são, dos produtores de suínos. Grandes palestras e grandes debates vão acontecer.

Quero dizer que, além dessa problemática que levantamos, da gripe suína que não existe, é gripe H1N1, que existe no Brasil e no mundo, o que os nossos produtores também querem? É um preço mínimo, que dê garantia para eles. Não é possível continuar produzindo a carne suína num custo de produção de R\$ 2,30, que custa a produção da carne suína, e vendê-la por R\$ 1,85, mas o consumidor, quando vai comprar, paga caro. Existem os atravessadores que ganham muito e tem que existir uma forma de um equilíbrio, uma fiscalização mais rígida. Esse é o pedido que eu faço.

Fiz questão, Presidente Deputada Cida, de fazer essa colocação na Sessão de hoje, no momento em que recebemos a Miss Paraná, que vai embelezando o plenário da Casa. Os nossos produtores suínos, sem sombra de dúvidas, precisam do apoio dos Governos Estaduais, do Governo Federal, como a nossa Miss Paraná, que acaba de entrar aqui, precisa do apoio da sociedade do Paraná. Que ela tenha êxito no Miss Brasil e no Miss Universo, Miss Mundial, que possa representar a beleza do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O Deputado Elio já anunciou, mas gostaria de anunciar, também, a presença da nossa Miss Paraná 2009, Karine Martins de Souza, juntamente com o Wall Barriuevo e a Elaine da BMW Eventos de Maringá, que realizam esse belíssimo concurso de Miss Paraná. Sejam bem-vindos! Muito obrigado! Eles vão querer cumprimentar aos Deputados.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria de parabenizar a nossa Miss Paraná, acompanhada aqui do Sr. Wall e da Sra. Elaine Barriuevo. Sejam todos bem-vindos a esta Casa, a Casa do povo do Paraná!

Suspendo a Sessão por um minuto para que a nossa Miss Paraná possa receber os devidos cumprimentos.

(É suspensa a Sessão)

Está reaberta a presente Sessão Ordinária.

Ainda no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Belinati inventou os e-mails, ler os e-mails, eu vou começar a ler os roubos do BANESTADO a partir de hoje aqui, para o povo não esquecer mais da maior roubalheira da história do Paraná, feita por uma quadrilha que comandou este Estado e que não pode ser esquecida. Estou lendo com muita atenção o livro do Wilson Gatilhos. Fui presenteado com esse livro pelo Exmo. Sr. Neivo Beraldin.

E estou querendo, mas o Neivo está querendo esconder, não está querendo me mostrar, não sei qual é o problema dele. Sei qual é o problema, o Deputado Neivo Beraldin não quer me mostrar os documentos que o BANESTADO deu para a imprensa. V. Exa. devia fazer isso. Por que V. Exa. não quer dar para mim a relação dos grupos de comunicação que ficaram ricos no Governo Lerner, oito anos, aqui? V. Exa. não quer me dar por quê, se já fez isso na CPI? V. Exa. podia ser transparente, como eu sei que é, e me passar a relação dos jornais, das rádios que mamaram nas tetas do BANESTADO durante oito anos. Eu quero ler aqui o nome das empresas, empresa por empresa, nome do caro que ganhou dinheiro, quero ler o nome de todo mundo aqui. Queria que V. Exa. me desse esse documento, Deputado Beraldin. O senhor não vai esconder isso, vai? Estou pedindo a V. Exa. que me dê, porque quero saber quanto ganharam os jornais, as televisões, o povo do Paraná precisa lembrar disso. Por isso que não tem dinheiro hoje: os caras assaltaram o BANESTADO.

Estou no Pequeno Expediente, mas espero que V. Exa. me dê esses documentos. Ou preciso fazer por escrito para pedir para o senhor? Ou vou ter que me ajoelhar na sua frente para conseguir quem é que ganhou dinheiro? Vamos mostrar isso aí, vamos passar a limpo este Paraná. Chega de, por causa de coisa pequena, não mostrar os ladrões deste Paraná.

Vou começar a ler o livro. Senhoras e senhores, passamos a apresentar a quadrilha do BANESTADO: Estrelando, como artista principal, imaginem quem? Quem comandava o Paraná? O livro é muito bom, tem vários tópicos aqui, Estou feliz porque o Deputado Neivo Beraldin está ligando, acho que ele vai me dar a relação da imprensa que mamava nas tetas do BANESTADO, preciso mostrar isso.

Equívoco administrativo, resultado, na maioria das vezes, de cargos preenchidos por políticos. O banco só quebrou porque os políticos tocavam o banco, diz o livro. E que um dos problemas graves do banco era algumas quadrilhas que estavam lá dentro. Aqui, fala em quadrilha, quadrilha de funcionários que eram nomeados por políticos e eram comandados, ficava bem patente, que o processo era

comandado por autoridades do próprio Governo do Estado e da diretoria do BANESTADO, com a intenção de retirar o máximo de recursos do banco, desviá-los para fins pessoais ou políticos e finalmente lucrar com a venda do conglomerado ao setor privado. Começo a ler a partir de hoje o livro dos ladrões do BANESTADO. E diz aqui, o Sr. Luiz Antonio Fayet, que o banco estava bem, mas que resolveram vender porque vendendo o banco iria sobrar grana para alguém. Está aqui no livro. Este livro é muito bom!

Então, o banco só quebrou porque os políticos colocavam ladrões para roubar lá dentro. Quadrilha! No Paraná inteiro. Tem até um shopping em Maringá que o BANESTADO pagou uma parte dele e que foi a grande jogada. Tem Cascavel, Foz do Iguaçu, tem ladrão no Paraná inteiro. Vou começar a mostrar este livro.

Depois, quero que o Deputado Neivo Beraldin, dentro do seu espírito de homem público sério, me dê a relação das empresas de comunicação que mamaram nas tetas do Poder Público do BANESTADO. Quero ler o nome das empresas, quero contar quanto cada um ganhou. Vamos passar a limpo. Essas porcarias que estão falando do Beto Richa, isso é fichinha perto disso aqui. Aquilo é um traque, isso é uma bomba!

O rombo do BANESTADO, onde foi parar o dinheiro? Vou pedir informação agora, o que foi feito, sei que a Polícia Federal prendeu alguém, mas vamos ver quem foi preso. Tem advogado envolvido, tem Deputado envolvido. Está tudo aqui. Já que estamos começando um dia novo, 1º de julho, transparência, vamos relembrar dos ladrões do Paraná!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Para que não fique um mal entendido, tendo em vista as palavras que o nobre Deputado Jocelito Canto proferiu na tribuna, quero esclarecer que este livro que ele está por ler, é resultado da CPI do BANESTADO desta Casa. CPI esta que tive a honra de presidir. Remetemos ao Ministério Público 1 mil e 142 páginas de um relatório com 80 mil documentos oriundos do Banco Central, do Ministério Público Federal. Esses documentos foram enviados ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, que na sequência foi tornado público esse livro elaborado pelo nosso jornalista, o Gazzino, e que naturalmente vendeu mais e 10 mil cópias no Paraná.

Então, faça boa leitura, Deputado Jocelito Canto.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Deputada Cida Borghetti, Deputado Scanavaca, Deputado Jonas, colegas Parlamentares, paranaenses que

em frente de um aparelho de TV acompanham os trabalhos desta Casa de Leis, ou através da Rede MERCOSUL, ou através da TV SINAL.

Inicialmente, os servidores e servidoras da Assembleia Legislativa continuam reclamando o pagamento da URV, que é um benefício que a Justiça reconheceu e que já deveria ter sido pago há muito tempo, para desafogar o bolso de quem trabalha na Assembleia Legislativa. É um direito conquistado a URV, decisão judicial mandando pagar. Só que até agora, esses servidores e servidoras, que estão com a corda no pescoço em agiota, em financeira, às vezes devendo na padaria, no empório, devendo para parente, para amigo, eles continuam na expectativa do pagamento da URV.

Tem também os trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviço nesta Casa, terceirizados, não são do quadro da Assembleia, trabalham para uma empresa contratada por esta Casa, e lamentavelmente, é uma vergonha, uma boa parte desses trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres que estão prestando serviço aqui no prédio da Assembleia Legislativa, terceirizados, não ganham sequer o salário-mínimo. Isso é um absurdo! Se nós fazemos as leis, se nós somos os fiscais da lei, como é que dentro desta Casa estes homens e mulheres, na minha opinião, estão sendo explorados, a lei está sendo violentada, porque eles não ganham sequer o salário-mínimo, ganham menos que um salário-mínimo, meu Deus do Céu! Isso está errado, esta injustiça tem que ser corrigida!

Deputada Cida Borghetti, está na imprensa do Brasil todo hoje, quem mais está trabalhando para pagar imposto para o Governo, quem é? É o capitalista, é o magnata? É a camada mais pobre. Está hoje nos grandes veículos do Brasil inteiro um estudo do IPEA, dizendo que os pobres trabalham quase duas vezes mais que os ricos só para pagar imposto. Tem pobre coitado que diz assim, na sua simplicidade: “Ah, eu não pago imposto”. Lógico que paga, do arroz, do feijão que compra, o Deputado Waldyr Pugliesi já abordou isso muito bem da tribuna, os mais pobres pagam, do assalariado vem descontado rigorosamente o imposto, é imposto da luz, da água, do telefone, do transporte, do sapato, da roupa, do remédio! Então está aqui, que tristeza para nós trazer a público aquilo que nós já tínhamos ideia: que o pobre, no Brasil, tem que trabalhar duas vezes mais que o rico, só para pagar imposto para o Governo.

Recebo o e-mail do CREA, da diretoria, do Álvaro Cabrini Júnior, me agradecendo pela manifestação sobre o CREA, a tribuna desta Casa.

Quero agradecer ao paranaense que nos manda e-mails, fazendo críticas, sugestões para o nosso trabalho parlamentar, é só copiar o endereço meu e dos Deputados que aparece embaixo na telinha e mandar ideias, sugestões, contribuições para projetos de lei, para manifestações sobre os vários problemas que amarguram, que afligem o povo do Paraná.

Tenho aqui, por exemplo, um e-mail: *Gostaria de saber, Deputado, qual o tempo estimado para tra-*

mitação do Projeto n° 305, que trata da licença-maternidade de 180 dias na Assembleia Legislativa, pois estou aguardando essa decisão para ampliar a minha licença. Obrigada pela atenção. Bom, vai depender naturalmente desse projeto ser encaminhado logo para o Plenário. Acredito que ainda antes das férias parlamentares, que começam no dia 15 de julho, tempos tempo mais do que suficiente para aprovar o projeto que vai dar à toda servidora pública gestante 180 dias para poder acariciar, dar carinho, amamentar o bebê. Essa companhia, esta proximidade da mãe com o bebê é muito importante. Vamos ficar na expectativa e que esse projeto venha logo para o Plenário desta Casa.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Com muita honra, concedo o aparte a essa grande inteligência do Paraná, que os Campos Gerais enviaram para a Assembleia, Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Muito obrigado, Deputado Belinati.

A respeito desse assunto, dessa matéria da licença-maternidade, esse projeto já passou pela CCJ e já está pronto para vir a Plenário, mas eu apresentei, na CCJ, uma emenda, baseado inclusive num e-mail. Por isso acho muito importante priorizarmos também os e-mails, os questionamentos de nossos eleitores, de cada cidadão paranaense. Por isso gosto de ouvir seus pronunciamentos, porque são diversos assuntos que precisamos discutir aqui na Assembleia.

E baseando-me num e-mail que eu recebi de uma mãe de filho prematuro, que nasceu de sete meses e a criança ficou na incubadora, na UTI Neonatal no sétimo, oitavo e no nono mês. Quer dizer, ela perdeu praticamente os três meses que foram descontados da licença-maternidade. Eu apresentei uma emenda para que esses dias que a criança fica na incubadora, na UTI Neonatal, e não tem contato com a mãe, que eles fossem adicionados à licença-maternidade. Deputado Belinati, infelizmente a emenda não passou.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Porque nós somos minoria. V. Exa. pertence à nossa bancada. A Oposição é minoria, o Requião tem a grande maioria nesta Casa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Existem essas questões políticas, infelizmente. Porém, poderia apresentar na 2ª discussão. Mas eu não vou fazer isso em respeito às mães, às servidoras, porque precisamos de celeridade, urgência na tramitação e na aprovação deste projeto.

Então, vou aguardar para uma outra oportunidade e vou encaminhar também ao Congresso, para que os

Deputados Federais e os Senadores possam aproveitar a nossa ideia.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns a V. Exa. É um dos mais brilhantes Parlamentares e tem um coração generoso.

Tem o e-mail do Devanir:

É com muito privilégio que envio esta mensagem para o melhor Prefeito de todos os tempos de Londrina. Venho lhe pedir uma ajuda que o Governo do Paraná está querendo fazer.

O Governo do Paraná está querendo tirar os vigilantes dos postos de serviços de todos os órgãos do Governo do Estado e colocar os policiais aposentados, que já têm suas remunerações garantidas. O Governo quer pagar para os policiais militares aposentados R\$ 1 mil e 200 para que os mesmos assumam os postos de serviço dos vigilantes do Estado.

Senhor, é um absurdo tirar os trabalhadores dos seus serviços para colocarem aposentados que já ganham seus salários fixos pelo Governo, porque o Governador não tira os parentes dele, como o irmão dele, do cargo que o mesmo executa.

Peço sua ajuda, pois como o senhor é um Deputado do Paraná, tem que tentar anular isto, como é um político muito influente peço que colabore conosco.

Moro na Cidade de Londrina.

Conjunto Ernani Moura de Lima.

Estimado Devanir, obrigado pelo seu e-mail. Votarei contra o maldito projeto do Requião que quer demitir, jogar na rua, mais de 6 mil e 500 vigilantes. Com o meu voto não será feito essa maldade. Estou solidário aos vigilantes.

O Requião quer tirar o pão que o vigilante ganha com o fruto do suor do seu trabalho. O vigilante está guardando os prédios públicos. Estamos aqui ao lado dos vigilantes contra o projeto do Requião. Com o nosso voto não será praticada essa degola em quase 7 mil vigilantes que trabalham nos prédios públicos. Estamos solidários com todos os vigilantes. Não é usar o nosso mandato para provocar desemprego.

Tem um e-mail dizendo:

Mitsubishi procura fazenda para realizar prova nacional

A Mitsubishi procura na região de Londrina, uma fazenda para realizar uma das etapas do circuito nacional Mitsubishi Cup. É uma prova de velocidade com equipes e pilotos profissionais de todo o Brasil, e que vem sendo realizada desde o ano de 1999. São várias etapas durante o ano, e a etapa de Londrina acontece no dia 26 de setembro. No ano passado o evento aconteceu na Ecovilas do Lago, e este ano a organização procura uma nova área.

Essa área deve ter topografia ondulada a plana (não acidentada), dentro de 100 a 200 alqueires. O interessado em ceder a fazenda para prova terá uma remuneração e ainda todos os prejuízos que possam ser

causados, ressarcidos. É o caso de cercas removidas, compactação da terra etc. O local para a prova deve estar definido até o dia 15 de julho.

Os organizadores têm uma parceria com a Sociedade Rural do Paraná, que aluga espaço para a instalação do que eles chamam de “parque fechado”, que serve de apoio para as equipes, com seus ônibus, profissionais, que preparam seus veículos antes do deslocamento para a pista.

A stock car está tirando Londrina do seu roteiro. O Prefeito eleito Barbosa Neto está na Europa, está voltando e vai tentar contornar esse problema para Londrina não perder a stock car, que alegra a juventude, movimenta hotéis, movimenta o comércio. É importante, além de projetar a Cidade de Londrina em rede nacional de televisão, e o Autódromo Ayrton Senna, que nós construímos como Prefeito.

Temos um e-mail que diz: Sr. Antonio Belinati, este é um pedido de socorro que venho recorrer ao senhor, que nunca deixou que os cidadãos londrinenses padecessem. E agora somos 150 pessoas que estão padecendo em meio a uma guerra política.

Graças a Deus que ainda existem políticos como o senhor, a Sandra Graça e o Marcelo. Me ajude por favor. Fui funcionário do PSF, ao qual dediquei todo meu amor de profissional e carinho. Atendi famílias com a maior humanização que um profissional pode ter por um paciente. Fui auxiliar de odontologia, num bairro que as pessoas te amam muito, que é o Maracanã e João Turquino por sete anos da minha vida.

Durante o árduo trabalho, mas como fazia por amor, às vezes me privava com muita dor, por trabalhar muito, pois fazia o que amava, então contrai a doença LER/DORT, por demanda muito alta de pacientes.

Mesmo assim continuei e me esforçar, pois o mundo não para por isso, e eu amava meu emprego.

No último mês de março, recebemos a notícia que nosso contrato até então vigorando pela Santa Casa, seria transposto para o CIAP.

Fomos obrigadas a levar as nossas carteiras de trabalho para nossas coordenadoras, ameaçando de sermos mandadas embora. O CIAP não aceitou a transposição e fez um novo contrato, deixando o da Santa Casa em aberto, dizendo de última hora que não iria fazer uma coisa que foi acordada verbalmente pelo então Prefeito Interino Padre Roque, um contrato de exatamente R\$ 33 milhões.

E a autarquia, junto com o Exmo. Prefeito atual e o Secretário da Saúde, não quis mais administrar o Programa Saúde da Família, jogando toda a responsabilidade de um programa tão importante nas mãos do CIAP, que fez a demissão de 150 funcionários, mais de todos os dentistas do PSF sem vínculo com a ASMS.

Estamos, então, sem baixa na nossa carteira, sem poder procurar outro emprego porque o SINE argumenta o registro da carteira. Estamos sem a documentação do Seguro Desemprego, pois fomos mandados embora ainda

na experiência do CIAP, e estamos sem o Fundo de Garantia, não liberado pela Prefeitura, que não repassou o dinheiro das verbas rescisórias para a Santa Casa.

Estou ficando apavorada, pois minha luz está cortada, já esta faltando alimento em casa, agora mesmo estou chorando escrevendo isso, pois passa um filme na minha cabeça, de sete anos de dedicação, e tanta humilhação.

Vi pessoas chorarem como crianças, pessoal capacitado, sem rumo, sem direção.

Minha mãe, já falecida, tinha orgulho do senhor como Prefeito, e eu acreditei em cada palavra que ela me falou. O Barbosa virou as costas para nós na hora que mais precisamos, e nós que sempre estamos nas sessões com a Sandra e o Marcelo, sempre nos perguntamos: Cadê o Pai bila? O senhor vai votar, acredito que Deus não vai nos desamparar, Belinati, você é um homem bom, com um coração enorme.

Estou te pedindo ajuda, como uma criança acredita no poder de um super herói, como uma cidadã que acredita que ainda existam homens puros de coração no meio de uma política egoísta.

De uma amiga desconhecida, que acredita que seu amigo vai estender a mão para ajudá-la no momento que ela mais precisa.

Pai Bila, me ajude por favor.

Um abraço.

Martinha (ex-funcionária e apaixonada pelo PSF).

Estou aqui para apoiar esses servidores. Eles tem que receber, sim, aquilo que o Município deve a eles, não importa quem seja o Prefeito da Cidade, porque a dívida é do Município de Londrina.

Temos também o e-mail do Nelson Mendes Mariano:

Antonio Belinati, sou de São José dos Pinhais, mas meus familiares são do interior do Paraná. Gostaria de mandar uma sugestão sobre a TV SINAL a TV do Legislativo do Paraná: o pessoal do interior não consegue acompanhar, pois o interior é só por parabólica, via satélite. Uma sugestão é locar um sinal no satélite como a TV Senado, TV Câmera, que já estão no satélite, para o pessoal do interior do Paraná e do Brasil acompanhar o seu Deputado.

Parabéns, Antonio Belinati, pelo seu discurso no plenário, sempre defendendo o povo trabalhador. Um abraço de Edson Mendes Mariano, de São José dos Pinhais, bairro Afonso Pena.

Então, uma sugestão, Deputada Cida, a senhora da Mesa Executiva, olha que coisa boa, mostrei que o Presidente Nelson Justus, a senhora e todos os membros da Comissão da Mesa Diretora estavam certos quando implantaram a TV SINAL.

Quero fazer um apelo ao nosso querido e competente Diretor Davi, para que estude um mecanismo para que em todos os Municípios do Paraná possam os paranaenses sintonizar no seu televisor a TV SINAL para saber se o seu Deputado, se a sua Deputada está trabalhando,

está “se coçando”, se não está faltando ao trabalho, se está com o pronunciamento a favor ou contra o povo.

Quero parabenizar e agradecer por essa sugestão do Edson Mendes Mariano, muito obrigado.

Creio que o nosso Diretor Davi, junto com o Nelson Justus, vão buscar pelo menos tentar uma solução para esse problema. Olhe que coisa boa, já estão pedindo que querem a TV SINAL em todos os Municípios. Isso é ótimo.

O jornal Alta Pressão traz aqui uma edição sobre os graves problemas no Hospital do Trabalhador.

(Lê):

Por dentro do HT

O Hospital do Trabalhador tem este nome porque um de seus objetivos é atender às pessoas que sofreram acidentes de trabalho, ou adoeceram em decorrência da organização, processo e gestão de trabalho - intoxicação, contaminação, lesões por esforços repetitivos, perdas auditivas, entre outros. Apesar de ter no nome a palavra trabalhador, à essa unidade de saúde falta muito para, de fato, se tornar referência na área. O HT vive uma contradição: como cuidar da saúde dos usuários se os trabalhadores do hospital adoecem em função de estar submetidos a todo tipo de agentes biológicos, químicos e sociais, sem que a gestão do hospital cuide desses problemas que afetam diretamente aqueles que atendem a população? É claro que o Hospital do Trabalhador desempenha um importante papel na assistência, prevenção e reabilitação dos usuários do SUS. Só que, em seu discurso, a direção do HT preza pela humanização, mantendo, inclusive, um comitê para esta finalidade. Isso leva a uma pergunta: humanizar para quem?

Humanizar o atendimento e menosprezar os que atendem

Uma das marcas dessa política é que as unidades de saúde devem garantir a gestão participativa. Isso significa que os servidores deveriam ter espaço para opinar em todos os processos de discussão e decisão. É uma mudança de cultura. É uma inversão de valores: a chefia não mais decide sozinha. A ela cabe criar instâncias de debate entre todos os membros da equipe e, a partir daí, construir um novo processo decisório. Portanto, o conhecimento e a experiência daquele que atua são levados a sério. Dessa forma, a chefia passa a coordenar a equipe que, por sua vez, se sente valorizada. A direção do Hospital do Trabalhador vem orientando os servidores a atender de forma humanizada. Essa mesma direção não estende aos trabalhadores o tratamento humanizado no processo de trabalho.

O que vale é o ditado: “Faça o que digo, mas não faça o que faço”

O sindicato tem atendido vários casos em que fica caracterizada que a maioria das chefias age de forma autoritária e, em alguns episódios, se constata violência moral. Exemplos disso são as tentativas frustradas de negociação de transferência de servidores que precisam deixar o hospital. Para os que pedem, é negada a transfe-

rência. Os que desejam permanecer são colocados à disposição.

Direção do HT fecha os olhos

Está em fase de conclusão a inspeção do Ministério do Trabalho no HT. Ainda assim, a direção do hospital oferece resistência em atender as exigências feitas para melhorar as condições e o ambiente. Os armários continuam a ser utilizados em sistema de rodízio entre os turnos, contrariando o que prega o Código Estadual de Saúde. Nos artigos 139 e 140, o Código exige que os armários sejam individuais e separados por sexo, sempre que a atividade necessitar da troca de roupas, uniformes ou guardapós. Exige também que, nos casos de trabalhos insalubres, os armários devem dispor de dois compartimentos separados, para uso de material limpo e material contaminado ou sujo.

Os problemas continuam:

- No Centro Obstétrico, os trabalhadores continuam se alimentando entre banheiros, sentados no lixo, contrariando não só o Código de Saúde do Estado do Paraná, mas também as normas básicas de higiene e direitos humanos.

- Não há previsão da construção da nova maternidade. Os recursos que seriam empregados na construção eram da iniciativa privada. Surpreendentemente, a Procuradoria Geral do Estado - PGE - tomou uma medida correta e barrou as obras. A PGE utilizou o argumento legal que o HT é um hospital público e não pode receber recursos de origem privada. O sindicato defende que o governo invista recursos próprios na ampliação da maternidade.

- No laboratório existe uma saída de emergência. Mesmo com a inspeção feita pelo Ministério do Trabalho - MT - e com a determinação que os trabalhadores tenham acesso à chave do cadeado da porta de saída, a direção mantém a chave no “bolso”. Em caso de incêndio, os trabalhadores ficam sem ter para onde correr.

Sindicato está na luta pelas 30 horas

A luta pela jornada de 30 horas é uma bandeira histórica da Brava Gente da Saúde. A regulamentação da jornada vem encontrando resistência em alguns setores do governo estadual. Há pretextos e justificativas sem amparo legal. A ação do governo sobre a jornada de 30 horas é um desrespeito e demonstrou que a coerção e o assédio moral vêm de cima, em efeito cascata. Cada ação tem uma reação. E com a imposição de ampliar a jornada, os servidores da saúde sentiram a traição. Mas quem pensa que os servidores estaduais desistiram da jornada de 30 horas semanais, se enganou. Agora, a luta pela jornada incorpora a mobilização pela implantação do Plano de Cargos Carreira e Vencimentos próprio da categoria.

Enfermagem - Está em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de lei 2295/00, que estabelece a jornada dos profissionais de enfermagem em 30 horas. A aprovação deste projeto será mais uma vitória para conquistar a jornada de 30 horas para todos. A aprovação

deste projeto pode significar a valorização do trabalho, com melhorias de condições e qualidade de vida do trabalhador, além de aprimorar o atendimento à população. Os servidores da saúde estão confiantes no seu poder de mobilização. Eles sabem que outros governantes virão e, certamente, um deles há de reconhecer a especificidade do trabalho em saúde. O SindSaúde/PR contou com a representação de uma servidora do HT na caravana que foi a Brasília no dia 25 de março, para reivindicar a aprovação do PLP 2295/ 00 (foto ao lado). A mobilização foi promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS). No dia 3 de junho, o projeto encontrava-se na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara. É bom lembrar que, mesmo regulamentadas em nível federal, as jornadas de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, telefonistas, dentistas, técnicos de raio-x, auxiliares e técnicos de laboratório, bioquímicos não são reconhecidas pelo governo estadual. Acompanhe a tramitação da regulamentação da jornada de 30 horas para enfermagem no link www.camara.gov.br.

Situação dos trabalhadores do CHR permanece inalterada

No dia 2 de junho, a direção sindical se reuniu com o diretor-geral da Sesa, André Pegorer. Foi discutida a situação dos servidores que trabalham no HT enquanto não assumem a vaga no Centro Hospitalar de Reabilitação (CHR). Os trabalhadores não esqueceram que foram nomeados por meio de Portaria que determina a lotação no Centro. Segundo Pegorer, ainda não há previsão para essa mudança de local de trabalho, mas garantiu que os servidores lotados no HT provisoriamente um dia irão trabalhar efetivamente no seu local de trabalho, que é o CHR. Em reunião realizada em dezembro, o diretor-geral afirmou que o Centro de Reabilitação estaria em pleno funcionamento até abril deste ano. Até agora, nada. Cerca de 100 servidores, que passaram em concurso público e foram lotados no CHR, aguardam uma definição. Eles estão no Hospital do Trabalhador há um ano. No entanto, o tempo estipulado pelo governo era de apenas 60 dias. O Centro já passou por três inaugurações: a primeira vez em outubro de 2006, a segunda em março de 2008 e, a mais recente delas, há um ano. Apesar de 3 inaugurações o hospital está funcionando apenas para as consultas ambulatoriais e setor de terapias. Quem sofre com a situação são os trabalhadores e, é claro, os usuários no Paraná, o mesmo número de policiais que tem em Santa Catarina. Só que o Paraná tem o dobro da população de Santa Catarina. Aliás, o Rio Grande do Sul tem o dobro de policiais que o Paraná.

Então, estas dúvidas que temos, como o Secretário não aceitou nosso convite, ou talvez não tenha tido tempo, devido a Assembleia Legislativa, já faz mais de 60 dias, estamos encaminhando, elaborando algumas perguntas, alguns questionamentos. Até se alguns Deputados quiserem somar conosco e colocar alguma pergunta ou dúvida que tenham, podemos colocar nesta mesma

correspondência e enviar ao Secretário, e aguardar que ele possa nos responder. Já que ele não veio conversar com os Deputados, talvez através da correspondência, de uma carta mesmo, ficamos na expectativa de que ele seja gentil conosco e nos responda.

De posse das respostas, podemos trabalhar e ajudar mais a Segurança Pública. Hoje, vamos votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, preparada pela Comissão de Orçamento. Daqui uns dias vamos votar a Lei de Orçamento, e ali poderemos colocar mais recursos, fazer alterações, para melhorar ainda mais a Segurança Pública. Será que está faltando dinheiro na Segurança Pública? Nós não sabemos.

Por isso é que gostaríamos muito que o Secretário tivesse atendido nosso convite e viesse a esta Casa. Como não atendeu, não respondeu, enfim, estamos preparando esta carta. Para finalizar, quero ver se alguma Deputada ou Deputado quer contribuir com algum questionamento ou pergunta. Estamos às ordens para receber.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário do Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, visitantes deste Parlamento.

Volto à tribuna na tarde de hoje para me reportar, mais uma vez, ao quadro que estamos vivendo neste Estado, de denúncias incabidas, infundadas, irresponsáveis e inconsequentes à figura ilustre da nosso magistrado maior, Prefeito Beto Richa.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos conhecemos, e isto é comum no meio da sociedade, que existem os predadores, aqueles que procuram, no meio e no seio da sociedade, infiltrar-se, para buscar a desconstrução de pessoas ou de imagens de pessoas. É assim no reino animal. Os predadores destroem as lavouras, infiltram-se no meio das lavouras e acabam destruindo-as. É assim no ser humano. Os vermes acabam infiltrando-se no nosso organismo e acabam criando uma fragilidade, da mesma forma com que o cupim infiltra-se na madeira e acaba corroendo a madeira e destruindo-na.

Aqui no Estado não é nada diferente, Srs. Deputados. Temos aqui infiltrados neste Estado, no mundo político, os predadores, os cupins, os vermes da política, aqueles que ao longo dos últimos 20 anos têm procurado macular, denegrir, desconstruir a imagem de figuras ilustres neste Estado. E vou mais além: não apenas buscam o objetivo de desconstruir a imagem de nomes importantes do contexto político-estadual. Como são experts, são realmente pessoas que usam a sua inteligência para o

mal, criando verdadeiramente factóides diários, colocando na mídia determinados temas para desviar, muitas vezes, o foco de um Governo enfraquecido, ou de uma postura política já praticamente em fase terminal, usam desses instrumentos para tentar desmanchar, desconstruir a imagem de pessoas que, realmente, ao longo da sua vida pública, construíram uma imagem maravilhosa, sustentada acima de tudo pela construção de projetos alicerçados na honradez, na decência e acima de tudo na credibilidade. Porque se há uma coisa que faz o político ser reverenciado perante a opinião pública, é a sua credibilidade.

Aqui no Paraná, quantos fatos já ouvimos que se tornaram públicos, que entristeceram o cenário político paranaense e a mídia tornou público. Não vou aqui citar nomes, porque acho que não há necessidade, até porque os paranaenses sabem quem são aqueles que orquestram esse movimento. Podemos lembrar aqui do caso Ferreirinha, do caso Teixeira, do caso da fazenda do Senador Osmar Dias, que na última eleição governamental foi frontalmente agredido, e os companheiros seus aqui estavam para defendê-lo, e lembro-me do Deputado Rossoni, ferrenho defensor do Senador Osmar Dias. Enfim, quem não lembra das citações da eleição do Senador Álvaro Dias ao Governo, que afirmavam que aqui no Estado tinha um “quadrilho” composto por alguns nomes que se aliavam ao Senador Álvaro Dias?

Ora, Srs. Deputados, ontem ouvi aqui nesta Casa um pronunciamento que, para mim é insignificante, de um Parlamentar que não quero desrespeitá-lo, mas para mim é insignificante, até porque é um daqueles que às vezes até me assombro, pois achei que estava de férias, porque só vem aqui quando é chamado para dar número, para poder decidir determinadas matérias como o seu voto, auxiliando o outro lado, que aqui se faz presente. E usou a tribuna na tarde de ontem para buscar também a desconstrução da imagem do Prefeito Beto Richa. E olha, fizemos aqui a defesa do Prefeito ontem. Não gostaria e não tenho vontade de voltar à tribuna para me reportar novamente a este assunto, até porque na minha visão, pelo fracasso, pelo vexame com que esse cidadão passou na eleição de Curitiba, ele não merecia sequer ser contestado, porque o povo curitibano o sepultou na urna. Não há nada mais triste para o político do que ser sepultado na urna. E este cidadão que aqui veio, lamentavelmente o povo curitibano não o quis, porque não chegou à casa dos 6 mil votos.

Mas o que mais me intriga, Srs. Deputados, é que ao sair daqui abrem as portas da TV Educativa, que é sustentada pelo dinheiro público, que tem que se prestar para mostrar aos paranaenses as ações importantes no campo cultural, na defesa intransigente dos paranaenses como um todo; não deve ser usado para autopromoção pessoal, não pode ser usada para beneficiar este ou aquele político, muito menos para desconstruir a imagem de pessoas neste Estado, independente de cor partidária. Por isso, não estou me atendo aqui a nomes. Isto realmente me

deixou estagnado, Srs. Deputados, por quase uma hora. Quanto custa um programa desta natureza, se o horário fosse comprado? Abriram as portas da TV Educativa para permitir que alguém, que é ausente praticamente sempre aqui neste Plenário, pudesse fazer novamente ataques, críticas infundadas a uma ilustre figura do mundo paranaense, que é respeitado pelo povo curitibano, com quase 90% de aprovação popular, que vem hoje sendo agredido de uma forma afrontosa neste Estado.

Por isso, Srs. Deputados, de uma forma elegante, até usei do meu ímpeto de sudoestino, de um berço de uma região colonizada e civilizada por gaúchos e catarinenses, que traz dentro do seu ímpeto essa vontade determinada de falar em voz alta, muitas vezes até agressiva. Hoje não, hoje estou aqui de uma forma elegante para dizer: chega, chega, não podemos mais permitir que fatos como esses continuem acontecendo aqui no Estado, principalmente esta Assembleia não pode admitir que abram as portas de uma televisão paga com o recurso, com o dinheiro dos nossos impostos, recolhido pelo sacrifício da nossa gente, pelo nosso contribuinte, com aquele que gera emprego, que tem a sua empresa e que ajuda a sustentar essa televisão, não podemos mais permitir que ela seja usada de uma forma errônea, mal intencionada, através de uma âncora, de um apresentador de televisão que o seu passado deixa dúvida, porque por onde passou, temos informações como esse âncora se comportou em todas as regiões onde passou.

Se prepare, Deputado Traiano! E vou dizer aqui, em alto e bom som, talvez esse âncora venha no dia seguinte, ou nesta noite, agredir o Deputado Traiano. Não me preocupo, não tenho nenhuma preocupação. Mas venho aqui para dizer o seguinte: o PSDB toma, e anúncio aqui a todos os Parlamentares e aos paranaenses que estão me ouvindo em casa, a partir de hoje já estamos tomando algumas ações que eu vou relatar e ler aos Srs. Parlamentares: o PSDB e seus integrantes decidem imediatamente uma ofensiva jurídica para restabelecer a verdade e defender a honra do Prefeito Beto Richa, e serão, Srs. Deputados, processados. Já estão em ação os advogados para promoverem as ações contra a TVE, por ataques, calúnias e uso indevido da emissora para denegrir adversários políticos. A TVE é mantida com o dinheiro público e não pode, de forma alguma, ser usada para macular e manchar a imagem de pessoas.

Também o PSDB toma a iniciativa de processar imediatamente a apresentador Carlos Moraes, da TVE, por injúria, calúnia e difamação contra o Prefeito Beto Richa. Também o PSDB toma a iniciativa de processar o Deputado Fábio Camargo, com a proposição de ações penais e civis, para que responda por tudo aquilo que trouxe a esta Casa, porque falou de forma indevida na TVE, e que seja restabelecida a verdade na Justiça. Não pretendemos que se encubra nada, pelo contrário.

Já disse ontem, o Prefeito Beto Richa foi à Procuradoria Geral da República e escancarou a sua pessoa, o seu Governo, a sua administração, a sua eleição, prestou

conta, pediu ao Procurador que apure. Portanto, não teme a nada! Enquanto o Prefeito Beto Richa fez isso, encontramos aqui uma prestação de contas do candidato Fábio Camargo, que esteve na televisão, fez programa e não apresenta um centavo como pagamento da sua campanha eleitoral.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Deputado Romanelli abriu mão para o Deputado Fábio Camargo.

Deputado Fábio Camargo (PTB)

O SR. FÁBIO CAMARGO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Isso só vai melhorar e fortalecer a democracia, dando o direito do contraditório. Na realidade estava fora da Assembleia Legislativa e estava aqui sendo atacado, disseram que venho pouco ao Plenário. Eu tenho base em Curitiba e, portanto, tenho que atender os eleitores, as lideranças, as associações, mas jamais vou me furtar de um bom debate.

Deputado Traiano, V. Exa. foi atrás das minhas contas eleitorais, não preciso ir atrás, recebi alguns documentos hoje do Tribunal de Contas, e V. Exa. mais respeito, porque não tem tanta tranquilidade para falar em honestidade e responsabilidade. V. Exa. me respeite! E agora vou garantir minha palavra e, depois, V. Exa. fala democraticamente. Eu vim aqui para debater.

Segundo ponto, V. Exa. vem dizer que o Prefeito Beto Richa foi ao Ministério Público dizer que queria ser investigado. Ele que vá à Câmara Municipal pedir CPI, porque lá é o fórum adequado para ele querer ser investigado. O Ministério Público já está investigando o Prefeito; a Procuradoria Federal está investigando o Prefeito Beto Richa; o Ministério Público Estadual está investigando o Prefeito Beto Richa; o NURCE está investigando os crimes cometidos pela administração. Infelizmente, estamos aqui debatendo desta forma. Poderia ser diferente, poderia o atual Prefeito não ter defendido o criminoso como fez, porque até então, Deputado Traiano, estava aguardando os fatos acontecerem. Estava calmo, tranquilo e sereno. Diferente dos peessedebistas municipais, que foram fazer uma coletiva atrapalhada, mostrando que o comitê que foi preparado para atrapalhar a minha campanha, para atrapalhar a minha coligação, foi tão atrapalhada, que no dia seguinte a verdade veio à tona, aquele comitê tinha, sim, responsabilidade do PSDB.

Se formos parar para pensar em cada ato, vamos lembrar de outros. E V. Exa. pensa que está ajudando o Prefeito, vindo aqui fazer esta defesa? Quero dizer que está atrapalhando, porque tem muitas coisas ainda a serem faladas. No meu ponto vista, o bom é que a Justiça

se pronuncie no momento certo. Daqui a pouco, a justiça vai trazer à tona a empresa, os valores, quem participou. Afinal de contas, 23 pessoas, mais de 20 pessoas sendo compradas por um criminoso, o qual o Prefeito foi na rádio defender. Algumas dessas pessoas vão falar a verdade.

Então, lamento que, eu fora aqui do plenário, V. Exa. suba a esta tribuna para falar sobre minhas contas de campanha. Quero dizer que o que seu partido gastou para fazer mal a minha coligação é muito mais do que eu gastei. O senhor tenha certeza disso.

Quanto a ficar insistindo que fui mal na eleição, vou repetir: o Prefeito Beto Richa foi candidato a Vereador com o pai Governador, campanha 'tal pai tal filho', e ele apanhou muito mais do que eu, mas ele conseguiu dar a volta por cima, chegou a Prefeito com 77 pontos. Pena que algumas pessoas ligadas a ele acabaram manchando esse seu crescimento, seja com caixa dois, oriundo de dinheiro vindo de uma administração muito provavelmente corrupta.

Então, é lamentável que V. Exas. venham buscar na defesa do Prefeito o ataque e a desqualificação. Começaram tentando desqualificar o Rodrigo Oriente, mas se a ficha corrida dele existe, por que ele estava trabalhando no gabinete do Prefeito? Agora, V. Exas. vêm me atacar, com minha humilde prestação de contas, e ainda dizer que não fiz muitos votos? Por favor, vamos olhar para o rabo para que não precisemos pisar nele!

Espero que não fiquemos aqui debatendo esse tipo de questão. Vocês reclamaram da Gazeta do Povo; agora, estão reclamando da TV Educativa. Será que ninguém pode falar da Sua Majestade? Quando digo 'Sua' é 'Sua', porque não vivo numa monarquia, não vivo num império, eu vivo numa democracia e é nessa democracia que vou lutar. Tivemos uma eleição comprada para Câmara Municipal de Curitiba, deixamos de colocar três Vereadores lá, mudamos a proporcionalidade. Se vocês acham que isso não é uma bomba, é um traque, então bomba para vocês o que é? Comprar uma Câmara inteira?

Acho que temos que medar a forma de fazer política, a começar pelo imperialismo do PSDB!

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria cumprimentar V. Exa. Estou lendo aqui histórias do rombo do BANESTADO e têm a ver com isso que V. Exa. está falando. Quando falamos em BANESTADO, treme todo mundo aqui, mas estou lendo esse livro e tem a ver com esse negócio também. Já chego lá.

Queria cumprimentar V. Exa. por um tópico do seu pronunciamento. V. Exa. foi muito claro quando disse que se o Prefeito Beto Richa quer ser investigado, o caminho correto é a CPI na Câmara Municipal. Não tem que impedir a CPI! Quem não deve, não teme! O fórum ideal para, realmente, passar a limpo a eleição, é a

Câmara de Curitiba, que o Prefeito tem a maioria e não quer permitir que faça CPI.

Como o Beto é um bom democrata, um cara muito moderno, ele certamente vai permitir que se abra a CPI, porque a CPI pode buscar documentos que V. Exa. quer saber. Por exemplo, documentos daquela empresa que deu o dinheiro para fazer o caixa dois. V. Exa. segura essa informação ainda, mas que em seguida será repassada de que uma empresa passou dinheiro a essa empresa causou lesão ao erário público. A qual erário público? À Prefeitura de Curitiba.

Então, V. Exa. tem toda a razão, e quero cumprimentá-lo por essa parte do seu pronunciamento, quando o senhor diz que o fórum ideal é na Câmara. A Câmara pode buscar as informações, a Câmara tem condições de saber que empresa é essa, de que forma que deu, se o Prefeito sabia ou não sabia. Então, V. Exa. está coberto de razão quando diz isso no seu pronunciamento: abre-se para a Câmara, deixa a Câmara investigar. Agora, se tem a maioria e não se permite.

É por isso que o BANESTADO foi roubado e ninguém fez nada, porque não se fazia o que devia ter feito lá atrás. E muitos que estão fazendo discursos hoje, maravilhosos, estão no livrão do BANESTADO, e que tem um nome de ladrões desses que estão por aí.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Jocelito.

Lembrando que eu só vim à tribuna ontem porque realmente me assustei em ver o Prefeito defendendo, na Band News, dizendo que o criminoso prestou bons serviços à Cidade de Curitiba. Isso demonstra o desequilíbrio que está existindo dentro da Prefeitura. Já demitiram mais de 15, mas só demitiram aqueles que aparecem no vídeo. E aqueles que não aparecem?

Quero, aqui, fazer uma defesa àqueles que trabalham na Secretaria do Governo do Município, tem muita gente boa na Prefeitura. E o criminoso Alex Gardolinski, na fita, diz o seguinte: “Eu, se fosse o Beto, mandava todo mundo embora”. Inclusive, na fita ele diz que deveriam mandar embora o Dr. Hidalgo, um homem sério, direito, uma figura honesta e trabalhadora do Paraná, porque não aceitou negociar com o “Linguíça do Circo” dentro da Prefeitura. Coincidência ou não, o Dr. Hidalgo não está mais na Prefeitura. Ele é um homem muito sério, jamais vai falar sobre esse assunto. Mas, a fita está lá, na íntegra, onde o Alex Gardolinski disse: “Se eu sou o Beto, eu dispenso o Hidalgo e faço uma limpa na Prefeitura”.

Funcionários da Prefeitura: cuidado, porque o Prefeito tem escutado muito o Alex Gardolinski. O Prefeito tem ido à Band News defender o Alex Gardolinski.

Portanto, proponho que possamos, sim, lutar para que haja uma investigação na Câmara Municipal de Curitiba e para que os órgãos oficiais falem. Porque, realmente, se for para ficar debatendo sobre esse assunto, tenho muito o que falar. Mas estou aguardando, afinal de contas, não quero atrapalhar as investigações da Procura-

doria Federal, do Ministério Público Estadual e do NURCE.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Fábio, ontem eu lhe dei um aparte, espero que hoje V. Exa. me conceda.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Já está dado, de forma democrática, em que pese V. Exa. ter dito que eu tive poucos votos, mas já expliquei para V. Exa. que o seu Prefeito fez menos votos ainda. Então, democraticamente, sem grosserias, concedo um aparte.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

A grande verdade é que bala trocada não dói, porque V. Exa., também na Educativa, elegantemente, disse que terei dificuldade na próxima eleição. Quer dizer, são previsões que fazemos, que podem dar certo ou podem dar errado. Acho que V. Exa. deve ouvir, novamente, a Band News, quando entrevistou o Prefeito Beto Richa, porque o Prefeito Beto Richa em nenhum momento fez defesa do Gardolinski. V. Exa. insiste nessa tese e a grande verdade é que uma inverdade falada, muitas vezes, pode...

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Ele não falou que o Alex prestou grande serviço ao Município? Ele não falou isso?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Quero dizer o seguinte, em nenhum momento fez a defesa e inclusive ele disse o seguinte: “Quando eu vi os atos ilícitos que estavam sendo cometidos, eu imediatamente demiti esse servidor que tinha um cargo de confiança na Prefeitura”. Eu ouvi isso. É importante ressaltar isso, porque em um determinado momento pode estar V. Exa. numa situação dessa e nós, que estamos aqui, em nome da verdade, e acho que V. Exa. também está à procura da verdade, e nada melhor entre Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, e estarmos discutindo, nada de melhor do que o Prefeito Beto Richa fez: foi pedir urgência. E aí V. Exa. também se equivoca novamente, porque o Prefeito Beto Richa foi ao Ministério Público Federal dizer o seguinte:

“Eu gostaria que fosse urgente, que fossem rápidas as investigações e que tivessem conclusão”. Foi isso que o Prefeito Beto Richa fez, e eu agradeço V. Exa. por ter aceitado o meu aparte, porque pelo menos, na minha compreensão, no meu entendimento, e eu ouvi também a entrevista, entendi desta forma. Se V. Exa. entendeu de outra forma, é uma forma de interpretar, mas a sua verdade não é a minha verdade.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Tomara que a minha verdade não seja e não demonstre através da investigação. Como V. Exa. foi

muito gentil comigo ontem, me dando aparte, me cortando aparte, para não ocupar o seu tempo, quero ter a reciprocidade com V. Exa. da mesma educação.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Só quero concluir. Eu ainda virei, Deputado Fábio Camargo, nesta tribuna, neste ou no próximo mandato, dizer: “A Justiça investigou e o Prefeito Beto Richa não tinha nada a ver com aquela maracutaia”.

Obrigado.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Pode ter certeza, Deputado Rossoni, que torço por isso. Sou muito sincero, e todos aqui que me conhecem sabem disso. Na realidade, o que escutei na Band News foi quando o Prefeito falou que o Alex Gardolinski prestou grande serviço à sociedade, a entrevistadora falou: “Mas ele foi visto na fita cometendo crimes”. Ele falou: “Exatamente por isso o demiti.” Então, estamos com a verdade. Neste ponto com a verdade.

E quero dizer, Deputado Rossoni, em hipótese alguma subi a esta tribuna com ânimo para estar discutindo e falando sobre esse assunto. Eu realmente fui trazido aqui em virtude das declarações que o Prefeito fez na Band, que ao invés de me dar um telefonema dizendo: “Fábio, que confusão que a minha equipe fez com você. Não tenho nada a ver”. Não, ele foi e acabou elogiano o criminoso e realmente depois confirmando. Disse ao criminoso que ele prestou bons serviços. É só ligar para a Band. Mas, realmente depois ele diz que o dispensou.

O fato é que estou à disposição para que sempre possamos fazer um debate democrático. Espero que não precisemos aqui debater questões pessoais, mas se precisar estou aberto. E que possamos discutir, em alto e bom nível.

Quanto à questão que o Deputado Rossoni levantou novamente e vou reafirmar, quando o Prefeito foi ao Ministério, já estavam lá as investigações. Ele pode até ter ido lá para pedir para apurar. Mas, não é porque ele pediu ou não para apurar que a investigação ia mudar. O próprio Procurador falou: “A vinda do Prefeito não muda nada”. O que mudaria é o Prefeito ir à Câmara Municipal e dizer: “Eu não tenho nada a ver, me investiguem”. Porque lá eles podem investigar. Lá é o fórum necessário. E tenho a convicção que se não for feito isso o mais rápido possível, a sociedade vai começar a acreditar no que estou falando, que o Prefeito sabia de tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, antes de passar para o Horário das Lideranças, dizer aos Srs. Deputados que estamos misturando alhos com bugalhos. Já chamamos, às vezes, a atenção, muito respeitosamente de um ou outro Deputado, quando buscaram trazer as eleições municipais das suas Cidades aqui para dentro deste Plenário.

A Assembleia não é o local para escutarmos resultados, avanços recuos do TRE ou de eleições eleitorais. Perdoem-me Srs. Deputados, muitos dos pronunciamentos de V. Exas. foram bastante claros. O local para se discutir isso é a Câmara dos Vereadores. Seja de Colombo, quando tem seus problemas, a de Ponta Grossa, de Ivai-porã. O local para esse debate é a Câmara de Vereadores de Curitiba, o Ministério Público ou o TRE, mas não é a Assembleia Legislativa.

Com todo o respeito que V. Exas. merecem, já ouvi: “Temos de convocar a Comissão Permanente”. Meu Deus do Céu, estamos misturando as coisas!

Então, quero pedir a V. Exas. que, dentro do equilíbrio e bom sendo que norteia esta Casa e que tem norteado o pronunciamento de cada um dos senhores, que nos atenhamos àquilo que efetivamente nos dia respeito.

As eleições municipais de cada Município vão, efetivamente, dizer respeito e ser pertinente a esses Municípios. Não é esse o foro ideal para discutirmos esse assunto.

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Edson Strapasson, no horário do PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Mudando um pouco o foco, o assunto que até há pouco tempo tomou conta deste plenário, quero, fazendo uso da Liderança do PMDB, falar primeiro que o assunto que me traz à tribuna, se de um lado é um momento de alegria, ao final também é de bastante tristeza.

Todos sabem que no mandato passado tive a oportunidade de exercer o cargo de Secretário da Região Metropolitana de Curitiba, região que conhecemos, não só como engenheiro, mas também como ex-Prefeito de Município síntese dos problemas da região, o Município de Colombo, como Presidente que fui também da Associação dos Prefeitos da região, como Deputado Estadual, Secretário da região, pudemos, pela primeira vez na história do Paraná, conduzir um programa de investimento onde o Governo do Estado do Paraná, na gestão anterior e concluindo nessa gestão, está investindo mais de 120 milhões em obras de infraestrutura, focado na área de transporte coletivo, obras estas cujo programa foi desenvolvido de forma técnica pela Coordenação da Região Metropolitana, ainda no Governo anterior, antecedente ao Governador Requião, programa este com financiamento do BNDES, da ordem de 65%, onde do Estado o Paraná assumiu a condição de investir para reduzir as desigualdades de infraestrutura no transporte coletivo, na infraes-

estrutura dos terminais, no sistema viário no sentido Curitiba-Municípios, sistema radial e também na interligação dos Municípios.

Esse programa foi desenvolvido, e só foi possível porque no final do Governo Jaime Lerner o Governo do Estado do Paraná estava com suas finanças bastante debilitadas e o Estado não teve capacidade de investimento, capacidade de endividamento, portanto coube à gestão do Governador Requião, coube a mim, como Secretário, conduzir este programa. Traçamos programas importantes, muito deles iniciados na gestão anterior do Requião, outros até agora sendo autorizados pelo Governador Requião, como a duplicação da Rodovia da Uva, que por insuficiência de recursos do programa, foi assumida, porque ela é uma rodovia estadual por parte do Governo do Estado através do DER.

Na quinta-feira da semana passada recebemos uma informação que nos causou muita alegria: saber que até em enfim o terminal da Roça Grande do Município de Colombo, que está pronto há mais de três anos, estava sendo autorizado, ou decidido seu funcionamento através de uma reunião entre o Ministério Público Federal, a Coordenação da Região Metropolitana e a URBS. Confesso aos senhores que fiquei muito feliz. Até que enfim houve um entendimento em benefício do cidadão, porque este era o foco do programa. E este programa conseguimos iniciar várias obras concluídas, como o terminal do Alto Maracanã, o novo terminal que está funcionando, depois de muito tempo com dificuldades, o novo terminal do Guaraituba, o terminal da Roça Grande, projetou-se também que está em obras o terminal da Fazenda Rio Grande, novo terminal de Campo Largo, também outras obras foram feitas na Fazenda Rio Grande, obras da avenida Brasil a Nicola Pelanda, em Araucária também a avenida das Araucárias e o novo terminal. E com a rodovia Estrada da Ribeira, no Município de Colombo, totalmente urbanizada, uma rodovia federal feita e reurbanizada com recursos do Governo do Estado, e também em Almirante Tamandaré um novo corredor na rua Francisco Kruger, acesso à Grande Cachoeira, rua Antonio Johnson, também em obras.

Portanto, comemoramos que pela primeira vez na história, o Governo do Estado assumiu o seu papel para criar infraestrutura na região, para dar ao cidadão metropolitano iguais condições às que tem o cidadão de Curitiba, no sistema integrado.

Em São José, a trincheira na avenida Rui Barbosa em obras, o terminal de São José e avenida das Américas também. Enfim várias obras importantes que foram assumidas. É um programa técnico, operacional, para resolver, para dar mais conforto, mais rapidez no sistema e também para baratear a passagem na medida em que há mais agilidade.

Infelizmente, o terminal da Roça Grande, e hoje recebemos através da informação da imprensa da Gazeta do Povo, uma matéria que dizia que será feita apenas e tão-somente uma integração precária, será uma logística

de transporte feita onde a linha direta continua até o terminal do Guadalupe.

Portanto, não é este o projeto, não foi esta a forma do projeto que projetamos, e não é este o projeto de integração que quer a população. Fico muito triste, porque uma coisa que estava resolvida, até com a possível desoneração do ICMS do transporte coletivo da região, devidamente equacionada entre a Prefeitura de Curitiba e o Governo do Estado, seja hoje uma integração precária, uma integração onde o cidadão, para receber a possibilidade, ao invés de percorrer três quilômetros e meio do Roça Grande ao Santa Cândida, que leva cinco, seis minutos, vai percorrer mais de 15 quilômetros, demorando em torno de 30, 40 minutos para fazer o percurso equivalente.

Portanto, o cidadão deverá, com certeza, se mobilizar, se frustrar, porque não podemos admitir e precisamos que urgentemente funcione o terminal da Roça Grande sim, mas que ele funcione da maneira para a qual foi projetado, de uma forma de gestão integrada, e principalmente que ele possa atender ao interesse do cidadão, que é ter acesso ao sistema integrado, já que a região da Roça Grande, São Gabriel, é muito mais perto que muitos bairros da Fazenda Rio Grande, muito mais perto que muitos bairros de Curitiba e estava sendo discriminado não sendo integrado.

Portanto, Srs. Deputados, o que esperamos é que haja um diálogo, uma conversação entre a URBS e a COMEC, que mesmo que ele funcione precariamente no final deste mês, dia 25, mas que haja uma decisão de investimento, diálogo e um esforço conjunto para que haja integração de verdade.

O Sr. Francisco Büher (PSDB)

Quero cumprimentar sua passagem como Secretário Metropolitano, teve um acesso muito grande, muito forte. Quero destacar que esse trabalho hoje, nós que somos Deputados da Região Metropolitana, é muito importante esta parceria quando você fala da URBS com a COMEC. Mas quero destacar que graças a muitas reuniões que tivemos oportunidade de fazer junto com você na Secretaria, conseguimos muitas obras também para São José dos Pinhais e outros Municípios que representamos.

Tenho destacado que é muito importante um Secretário ou Deputado conhecer bem a sua localidade, o seu Município. Isso foi muito bom para Colombo, que tem o seu Deputado que é representante que conhece as dificuldades e sabe o que está acontecendo.

Tudo isso veio ao encontro, somando muito forte a Secretaria quando você estava comandando. Você tem conhecimento da Região Metropolitana e houve uma parceria muito grande com os Prefeitos. Eu, como Deputado, tive inúmeras reuniões, e graças a esse trabalho, na época executado e feito hoje, muitas obras estão sendo concluídas, porque aquele prazo longo, demora para acontecer.

Foi esse trabalho da sua Secretaria, você está à frente como Secretário, podemos dizer que São José dos Pinhais vai ser beneficiado em mais de R\$ 30 milhões de recursos de muitas obras: terminal, alagamento da ponte, o viaduto da avenida das Torres com a Rui Barbosa, enfim, muitas obras acontecendo.

Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Estive hoje com o Diretor da URBS, o Dr. Marcos Isfer. Estivemos também falando com o Secretário Forte Neto, para que possamos colocar em funcionamento, sim, mas com uma condição clara, que em pelo menos seis meses tenhamos a garantia que alguns investimentos, que esses ajustes sejam feitos para que o cidadão, na nossa região, tenha realmente essa condição de igualdade, de integração, que possa usufruir de um terminal projetado que vai melhorar, efetivamente, como deve, a vida do nosso cidadão. Vamos continuar nessas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN, com o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem liguei o rádio e ouvi uma entrevista que uma rádio aqui da Cidade fez comigo, falando sobre os ônibus que estão aqui na frente ainda. Na sequência, ouvi o Deputado Romanelli. A imprensa, correta que foi, a rádio, entrevistou a mim, o Deputado Romanelli e mais um outro Deputado ainda, aliado do Governo. Foram dois a um. Dois entrevistados do Governo e um apenas do nosso lado, mas tudo bem. O Deputado Romanelli falou na entrevista, até com ar engraçado, que eu estava com dor de cotovelo de não poder entregar os ônibus.

Fiquei imaginando, veja só, é um assunto muito sério. Primeiro que não é assunto para ser engraçado na rádio. Acho que o Deputado Romanelli devia tratar com mais seriedade esses assuntos aqui. Segundo, eu não estou com dor de cotovelo, estou com dor no coração de poder imaginar que as crianças estão precisando de transporte no Paraná, em especial nos Municípios da minha região, e o Governo do Estado está fazendo politicagem ao não entregar esses ônibus.

Faz evento aqui em Curitiba, reúne os Prefeitos, faz discurso, fala dos ônibus, mas não entrega.

Agora, não estranharia se ele utilizasse - quando estou falando que ele usa isso politicamente e não está preocupado com o transporte escolar, porque as crianças estão precisando de transporte. Já iniciamos o segundo semestre e ainda não estão os ônibus para transporte escolar - eu não estranharia se ele se utilizasse agora da Festa do Carneiro no Buraco, que é uma festa nacional,

com milhares de pessoas, e é capaz de o Governador se utilizar dessa festa para entregar os ônibus, para aparecer novamente, politicamente, com o dinheiro do povo.

Está demorando muito a entrega desses ônibus, não sá da minha região. A minha região será beneficiada agora, porque se for esperar só festa, daqui a um ano terá outra festa. Graças a Deus que está chegando.

Mas e as outras regiões que tem falta de transporte escolar e ainda não foram entregues os ônibus, esperando a boa vontade do Governo pegar o seu avião, encher de Deputados aliados, decolar aqui de Curitiba, viajar a céu aberto e descer lá na região que irão entregar os ônibus, quase que gastando só na viagem o valor de um ônibus daqueles. Estou com dor no coração, até porque já disse aqui que não vou participar de nenhum evento político para entregar ônibus.

Estou aqui fazendo o meu papel de cobrar do Governo que entregue imediatamente esses ônibus, para que os alunos do transporte escolar sejam atendidos.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Tenho dois assuntos. Um assunto é corroborando com o que V. Exa. falou. Assis Chateaubriand é um Município que tem uma população de umas 35 mil pessoas, e pela avaliação da Secretaria da Educação, deveriam receber quatro ônibus, pelos critérios técnicos. E politicamente, indevidamente foram cortados, vão receber dois ônibus, porque teoricamente o Prefeito é acusado de não trabalhar para o Governador. Mas isso é um erro, que alguns assessores do zoneamento urbano estão cometendo ao prejudicar a Cidade, não só nessa área, mas por exemplo, o centro, a Clínica da Mulher não foi levada para Assis Chateaubriand até agora, por questões políticas. Hoje parece que resolvi esse assunto, mas foi realmente usado termo político para isso.

Com relação a Campo Mourão, até onde eu sei vai receber no domingo os ônibus, talvez seja só uma questão de cronograma.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Vai receber domingo, porque domingo tem festa, e aí o povo está reunindo e nada melhor do que aqueles que fazem politicagem se utilizarem da festa, do momento em que o povo está alegre para ir lá entregar um presentinho. Mas no mesmo momento que vai lá e entrega o presentinho, muitos daqueles vêm aqui e votam contra o povo.

O Sr. Dobrandino Silva (PMDB)

Deputado, queria dizer que na minha região não é essa versão. Lá no Município de Santa Terezinha do Itaipu, que é próximo a Foz do Iguaçu, os ônibus já estão lá há um mês.

O Governador me chamou, junto com o Prefeito, e disse: "Vão lá a hora que vocês quiserem e entreguem os ônibus para as Prefeituras, porque está parado a um mês, porque tem um contrato com uma empresa que estava

fazendo e só na hora que acabar o contrato para poder pôr os ônibus para rodar.”

Não existe, por parte do Governo, esse interesse de entregar os ônibus. Na nossa região não é essa versão. Ele não está nem aí, ele quer é que façam bom uso do ônibus.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço seu aparte, Deputado Dobrandino, respeito V. Exa. e concordo com V. Exa. que o Governo não está nem aí, porque se realmente estivesse, realmente já deveria ter trabalhado muito mais para que esses ônibus estivessem fazendo o transporte escolar.

Estamos no mês de julho e já entram as férias escolares, e ao entrarem as férias escolares, os ônibus não serão, mais uma vez, utilizados.

Srs. Deputados, faz mais de 60 dias que estes ônibus estão aqui na frente. Ao saírem estes, que irão para alguns Municípios, chegarão outros, novamente atrasados. Porque este dinheiro dos ônibus nós já aprovamos, aqui pela Assembleia Legislativa, ao final do ano passado.

Então, fico muito triste em ver Deputados dando entrevista e brincando com um assunto que, na minha opinião, deveria ser tratado muito seriamente, que é o transporte escolar das criancinhas, que precisam estudar, das crianças que, com o estudo, com melhor transporte, poderão ir melhor na aula poderão, ao final, ter um melhor desenvolvimento, e com isso, poder oferecer o melhor para o Paraná.

Por isso estou aqui cobrando. Não é a primeira vez que falo, não nestes ônibus. Até nem iria falar. Mas, estou falando porque ouvi a entrevista e achei que foi falta de consideração com este Deputado, dizer que estou com dor de cotovelo. Sinceramente, não! Repito: estou com dor no coração ao ver o Governo fazendo política para entregar os ônibus, eventos, se aproveitando de festas, e as crianças, alguns indo até a pé para a escola, aqui no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra à Deputada Luciana Rafagnin, usando o horário da Liderança do PT.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso da tribuna nesta tarde para refazer um convite: gostaria que os Deputados pudessem se fazer presentes na próxima sexta-feira; aliás, gostaria de agradecer muito ao Sr. Presidente por estar dando apoio a este Seminário. Nós teremos aqui nesta Casa, a partir das 9h da manhã, no próximo dia 3, sexta-feira, a presença do Ministro da Previdência, José Pimentel. Ele vem nos falar de três assuntos importantes. O primeiro é com relação à aposen-

tadoria da dona de casa. Uma luta antiga, uma PEC da Deputada Luci Schoinacki, PEC nº 047/05, aprovada e sancionada pelo Presidente Lula, mas que está no aguardo da regulamentação.

A regulamentação desta PEC é muito importante, porque vai dar o direito a muitas donas de casa, que hoje não têm o direito a uma aposentadoria. E ela precisa desta regulamentação para poder conceder, então, este direito, este benefício a muitas companheiras donas de casa, que estão aguardando o direito de poder ter uma aposentadoria.

O Ministro também vai falar neste dia sobre a formalização dos microempreendedores. Um programa que está sendo lançado hoje e que tem o objetivo de atingir todos os profissionais autônomos que hoje, na verdade, trabalham no mercado informal e não estão assegurados pela Previdência. Nem por auxílio-doença, nem por auxílio-invalidez, nem por aposentadoria por idade. E a partir do momento que ele se enquadrar neste programa que está sendo lançado hoje, que o Ministro vem aqui falar na próxima sexta-feira, ele terá o direito, sim, de poder contar com esses benefícios da Previdência.

Então, é um Seminário de grande importância. Também vai falar sobre políticas públicas de previdência no Paraná. Mas, de uma maneira especial, estes dois assuntos, que é o que nos chama muita atenção, tanto a aposentadoria à dona de casa, como também este da formalização do microempreendedor, que está sendo lançado hoje, que baixa bastante a contribuição destes profissionais. Nesta relação, mencionamos a questão de quem é pedreiro, carpinteiro, da manicure. A questão, enfim, de todas aquelas pessoas que trabalham no mercado informal e que vão poder contribuir. A contribuição destas pessoas seria de 20% em cima do salário-mínimo. A partir deste programa que está sendo lançado hoje, as pessoas vão contribuir em cima de 11% do salário-mínimo, aí mais R\$ 1, que vai para a contribuição de ICMS, e mais R\$ 5, que é a contribuição do ISS. Então, a contribuição dessas pessoas vai ficar em torno de R\$ 51 a R\$ 57 mensais, e essas pessoas vão poder ter esses benefícios previdenciários.

Então, é muito importante a vinda do Ministro aqui, é muito importante esse Seminário e também os esclarecimentos que serão feitos pelo Ministro com relação a toda questão da previdência.

Concedo um aparte ao Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero cumprimentar a nossa grande Deputada Estadual Luciana Rafagnin, pelo trabalho que tem desenvolvido no Estado do Paraná na defesa do interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente com relação à agricultura familiar. Ela tem feito a defesa brilhante das donas de casa e foi proponente dessa Audiência Pública que irá acontecer no dia 3. Portanto, nós aqui, Deputados e Deputadas, temos que nos empenhar para estarmos presentes nessa Audiência, mas é importante que a popula-

ção que acompanha, através da TV SINAL e do Canal 21, possa também comparecer à Assembleia Legislativa para debater esse tema, que é fundamental para corrigir uma injustiça praticada ao longo dos anos contra a dona de casa, que faz um trabalho grande, um trabalho cansativo, que não é reconhecido e que precisa ser reconhecido no âmbito nacional, que ela precisa ter a proteção da seguridade social e precisa ter a aposentadoria. E também, aquele trabalhador autônomo, que muitas vezes não consegue se aposentar, ele precisa desse benefício.

Portanto, é louvável. Quero, mais uma vez, parabenizar essa Deputada, que é uma guerreira, uma lutadora e que nos convida para um tema que temos o dever de acompanhá-la na defesa do interesse público.

Obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada, Professor Lemos.

Com um aparte o Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Também quero lhe cumprimentar pela iniciativa de trazer aqui o Ministro da Previdência. Também neste dia de hoje, V. Exa. já se referiu ao assunto, temos muito a comemorar, principalmente os trabalhadores informais, aqueles que com a regulamentação da Lei do Microempreendedor Individual terão todos os benefícios previdenciários garantidos. Temos, pelo menos, em média no País, de 10 a 13 milhões de pessoas que estão na informalidade. Essa é uma das melhores leis o País, que vai criar condições para aqueles que estão na informalidade serem formalizados, pagarão bem pouquinho e terão as garantias da previdência.

Parabéns por trazer o Ministro aqui e eu, pessoalmente, como Vice-Líder do PT, sinto-me orgulhoso por essa lei estar em vigor a partir do dia de hoje.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada, Deputada Welter.

Também quero aqui reforçar que a iniciativa foi desta Parlamentar, mas tem o apoio de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, o que é muito importante. E queria reforçar muito o convite a todos os Parlamentares, para estarem presentes.

Também gostaria, Sr. Presidente, de mencionar aqui que no último sábado, dia 27, Francisco Beltrão teve a perda de uma grande mulher, que contribui muito com a história daquele Município, que é a Dona Manoela Pecoits. Estamos encaminhando um voto de pesar à família. A Dona Manoela tem toda uma história desde o início de Francisco Beltrão, foi uma das pioneiras do nosso Município e sempre foi uma grande companheira do Dr. Walter Pecoits, que hoje tem o nome do Hospital Regional Walter Alberto Pecoits. O Dr. Walter foi Deputado Estadual, foi Prefeito foi Vereador, foi Secretário de Estado, e no último sábado a Dona Manoela faleceu. Foi uma das primeiras mulheres motoristas no Município de

Francisco Beltrão, em 1952, e também sempre esteve junto ao Dr. Walter, administrando o Hospital Policlínico São Vicente de Paula. Então, tem uma história muito grande no nosso Município de Francisco Beltrão, que está de luto pela perda dessa grande companheira.

E para finalizar, Sr. Presidente, só gostaria de dizer, até com relação aos temas abordados, de uma maneira especial as denúncias ao Prefeito Beto Richa, dizer que acho que temos que nos manifestar, sim, Presidente, embora eu acho que neste momento temos que aguardar que a Justiça se manifeste, esperar que sejam feitas as investigações. Mas a única coisa que eu questiono aqui, Sr. Presidente, é que se essas denúncias fossem com relação ao Presidente Lula, com relação ao PT, o que estaríamos ouvindo aqui? E teríamos que ouvir.

Então, acho que a verdade tem que ser dita, que o povo do Paraná acompanhe, que veja a veracidade dos fatos, mas que possamos sim, fazer o debate, aprofundar esse debate, acompanhando todo o processo da Justiça, acompanhando todos os fatos, sabendo realmente o que é real e o que não é real. Só acho injusto que quando é com o lado do PT nós temos que ouvir, muitas vezes, nunca provadas depois as denúncias levantadas; mas se fosse o PT não querendo uma CPI, o que estaríamos ouvindo aqui?

Então, acho que é justo que possamos fazer o debate e acompanhar o processo, diante de tudo aquilo que está sendo colocado através da imprensa, e principalmente esperando que a Justiça se manifeste com relação a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acho que estamos vivendo um momento na política do Paraná, Deputado Rangel, que começa a mostrar alguns caminhos. E é natural. No momento em que se aproximam as eleições para Governador, principalmente, você começa a ver os movimentos daqueles que querem ser candidatos e daqueles que não querem ser candidatos. O Prefeito Beto Richa, como um líder natural que surgiu das urnas das eleições municipais, ele também começa a aparecer nas pesquisas em primeiro lugar, junto com o Senador Osmar Dias, um pouco na frente, por aí. E isso começamos a sentir que o interior do Paraná se movimenta, convidando o Prefeito Beto Richa a percorrer o Estado.

Aí começa o nosso dilema, porque de um lado os companheiros do PSDB, aqueles que querem renovar a política do estado, aqueles que querem implantar um

novo sistema de governar neste Estado, apelam para que o Prefeito Beto Richa seja candidato a Governador. E aí começamos a observar de que forças estranhas se movimentam, e se movimentam forte, contra, imaginem, uma eventual candidatura do Prefeito Beto Richa. E hoje a bancada do PSDB, todos sabem que na eleição anterior - e quem viveu sabe do episódio - disputamos as eleições com o PSDB dividido. Houve um grupo que apoiou o atual Governador e houve um grupo que apoiou o Senador Osmar Dias. Nós, eu e o Deputado Traiano, minoria, respeitamos, apesar das chacotas que às vezes fomos submetidos aqui neste plenário, em muitos lugares, de que aqueles que ganharam tinham que governar, e aqueles que perderam tinham que fiscalizar. E foi o que fizemos.

Quando do advento aqui, Deputado Scanavaca, eu sou diferente, quando do advento aqui em que o Senador Osmar Dias foi atacado por causa da sua fazenda no Tocantins, eu fui um Parlamentar que estive aqui, nesta tribuna, pedindo e mostrando aos paranaenses que era mais uma armação da política, porque estavam perdendo as eleições. Estou até sentindo um pouco de falta, porque não vi em nenhum momento do PDT nessa tribuna.

Outra questão que me deixa muito feliz é a atitude decente, elegante e coerente dos Parlamentares do PSDB, os Deputados: Luiz Nishimori, Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi, Francisco Bühner e Miltinho Pupio, eles vinham, até o dia de hoje, apoiando o Governo, porque apoiaram o Governador Roberto Requião nas eleições para Governador. Era legítimo o apoio. Mas, a partir de hoje, devido às atitudes, principalmente da TVE, porque as medidas judiciais já foram anunciadas pelo Deputado Ademar Traiano, se desligam do apoio ao Governo. A Bancada do PSDB se une novamente, para caminhar junto nas eleições de 2010. Porque esse Governo que eles ajudaram a eleger está atacando, com a sua TVE. Quem quer verificar se estamos errados ou certos assista a TVE e assista TV Cultura de São Paulo. Ora, tem um menino lá, no final da tarde, que faz um programa, que está mais para programa policial, é uma grosseira, uma falta de postura, falta de capacidade. E agora ele não fez outra coisa, nos últimos dias, a não ser atacar a figura honrada do Prefeito Beto Richa.

A população do Paraná, que está me vendo neste momento, deve entender muito bem o posicionamento dos Parlamentares. Sabemos que os Deputados que se afastam do Governo vão perder as benesses do poder, mas, numa atitude corajosa, decente, numa atitude de lealdade ao nosso líder maior do PMDB, que é o Prefeito Beto Richa, me comunicaram agora há pouco que se afastam da bancada de apoio ao Governo.

Quero cumprimentar os Deputados do PSDB que tomaram essa atitude. Que vieram, espontaneamente, dizer que não concordam com isso: "Não aceitamos isso, estamos fora!" É um comunicado oficial que faço a esta Casa, como Presidente do PSDB.

E hoje, a partir de agora, vamos viver um novo momento, uma nova situação. As forças se equilibram. Não tenho dúvida que é um passo determinante para o futuro deste Estado, para aqueles que sonham com a mudança do jeito de governar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Só quero, me contrapondo ao Deputado Valdir Rossoni, com muito respeito, pedir que, ao invés de assistirem a TVE assistam a TV SINAL. Façam propaganda da nossa tevê, que é muito melhor.

Gostaria de anunciar, a pedido do Deputado Lemos, a presença da Sirlei, Presidente da APAE de Nova Aurora, e da Presidente do Conselho Tutelar de Capitão Leônidas Marques, a Dona Jurema. Sejam bem-vindas a nossa Casa!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, queria justificar a ausência do Deputado Péricles de Mello, que está acompanhando um evento junto ao Governo do Estado, na Cidade de Castro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero dizer que esta Casa, por óbvio, tem como fundamento a liberdade de expressão do pensamento de cada um. Entendo que é lícito, desde que mantido naturalmente o decoro parlamentar. Cada Parlamentar aqui poder exprimir seu pensamento, respeitado o processo legislativo e esse patrimônio, que é do povo paranaense, que é o debate político. Entendo, claro, que devemos sempre, em alto nível, debater os temas que são relativos à política do Estado do Paraná.

Ouvi os pronunciamentos desta tarde, a atenção que V. Exa. chamou em relação àquilo em que deve se pautar cada Parlamentar, e entendo que este tema que, de fato, envolve a discussão sobre a prestação de contas ou esses temas que envolveram, nos últimos dias, a questão que envolveu a eleição de 2008 em Curitiba, está tendo desdobramentos que, na minha avaliação, não são desejados por ninguém.

Lamento muito ouvir o Deputado Traiano, Líder do PSDB aqui nesta Casa, pelo pronunciamento que fez. Lamento o pronunciamento feito pelo Deputado Valdir Rossoni. E quero aqui publicamente reconhecer, Deputado Valdir Rossoni, o papel importante que, até este momento, os Deputados Luiz Accorsi, Chico Bühner, Miltinho Pupio, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes Litro

tiveram, do ponto de vista da sustentação e apoio às políticas públicas que estão sendo desenvolvidas pelo nosso Governo.

Sinceramente, espero que o PSDB possa, num momento em que está sendo atacado, agir com serenidade. Entendo que o Prefeito Beto Richa possa, como fez o Presidente Lula em 2005, reagir com serenidade, responder de forma objetiva os temas que são postos. Penso que isso está sendo feito e tomou providências do ponto de vista daquilo que deve ser esclarecido à opinião pública, mas temos que reconhecer que quem motivou essas denúncias não foi o PMDB e nem foi o Governo. Por outro lado, também não concordo com as manifestações que eu ouvi. Não gostaria de ter ouvido, mas não há como censurar um profissional num veículo de comunicação, nem público nem privado.

Sr. Presidente, sinceramente, espero que o Prefeito Beto Richa, que é a maior liderança do PSDB do Paraná; o Presidente do Partido no Estado, Deputado Valdir Rossoni; o líder da bancada, Ademar Traiano; possam, com serenidade, retomar esse processo, fazendo uma leitura correta desse processo todo, não criando, de fato, vou dizer uma palavra aqui, Deputado Valdir Rossoni, vai se criar artificialmente um embate político entre o PSDB e PMDB, Governo, que não existe hoje.

Eu entendo que é sempre tempo, na política, de refletir. Sempre é tempo de refletir aquilo que estamos fazendo. E quero dizer a V. Exa. que temos que ter, neste momento, muito equilíbrio em tudo que estamos fazendo. V. Exa., Deputado Rossoni, está radicalizando uma posição, disse ali ainda: estamos escolhendo um caminho. Olha, pode ser um caminho sem volta. E impondo a Parlamentares que aqui dão sustentação ao nosso Governo, Parlamentares do PSDB, cinco Parlamentares: Luiz Fernando Litro, Luiz Accorsi, Chico Bühner, Luiz Nishimori e Miltinho Pupio, impondo a esses Parlamentares, que me desculpem, na minha avaliação, pelo papel que estão fazendo, já fizeram no processo eleitoral de 2006, na divergência que tiveram com V. Exa., penso que é hora de agir com serenidade.

Digo isso ao Prefeito Beto Richa: vamos criar uma crise de proporções desconhecidas. E não é o caso, Deputado Rossoni. Não é o programa da TV Educativa que deve romper toda uma relação de diálogo que tem PMDB e PSDB, entre os Parlamentares aqui desta Casa dos dois partidos e mesmo com V. Exa., Deputado Rossoni, mesmo com o Deputado Traiano, que são Oposição, mas que mantemos um diálogo permanente, franco e leal, mesmo que divergente.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Obrigado, até para ajudá-lo na reflexão, porque é uma reflexão profunda. Então quer dizer que não vai mais haver diálogo, agora? O diálogo, veja, até um determinado momento, uma parte concordava com V. Exa., outra parte não concordava. Acho que o diálogo pode permane-

cer da mesma forma, o nível, o diálogo. Não tenha dúvidas da nossa parte. E não estou radicalizando.

Internamente, a minha posição até foi vencida, mas quero dizer o seguinte: se existisse um pouquinho de democracia dentro da TV Educativa, ontem na entrevista, naquela barbaridade que aconteceu na TV Educativa, por que não convidaram o Deputado Rossoni para participar, junto com o outro Parlamentar, desse debate? Aí é que está o equívoco. E Deputado Romanelli, quem já sofreu dessa causa tem medo. Já tivemos fatos pitorescos, não vou nem citar porque quero respeitá-lo, temos medo, porque temos muitas dúvidas, Deputado Romanelli. Tenho certeza de que muitos não deixariam a TV Educativa agir dessa forma. Mas, não temos dúvidas do que acontece na TV Educativa, tem a mão muito forte e firme do Governador Requião. E por isso, por não concordar com isso, não foi imposta nenhuma situação aos Parlamentares do PSDB, que bem serviram a Bancada do Governo. Foi uma atitude de lealdade. E é por isso que elogiei a atitude dos Parlamentares do PSDB.

Agradeço e espero que V. Exa. compreenda o meu aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Lamento o seu aparte, para ser sincero, porque estou aqui tentando, na verdade, dizer que V. Exa. está cometendo um erro. V. Exa. insiste em politizar um tema que todos nós, aqui nesta Casa, tomamos conhecimento através do programa da Rede Globo, o Fantástico. Eu tomei conhecimento das denúncias através da imprensa, do jornal Gazeta do Povo, não foi através do Governo e nem da TV Educativa; tomei conhecimento, como todos tomaram, eu li jornais, ouvi as rádios. Ou não foi assim que tomamos conhecimento dos fatos da eleição de 2008 entre PRTB e a Aliança. Problemas internos? Sinceramente politizar o tema, na verdade, é uma desinteligência. Penso que o estrategista dessa medida, sinceramente, há de reconhecer no futuro o erro que está sendo cometido. E está sendo cometido, Presidente Nelson Justus, porque estão impondo a esses cinco Parlamentares irem para o sacrifício, porque eles têm compromissos com os Municípios que representam. Tem um trabalho muito atuante cada um deles. Ao mesmo tempo, está sendo imposto ao Secretário do Trabalho, que desenvolve uma excelente gestão, a obrigação de deixar de integrar o Governo.

Penso que o PSDB está tomando um caminho sem volta. Reflitam sobre essa decisão, porque sabemos que isto é muito grave. Aqui na Assembleia o processo legislativo é importante e esta Casa não tem faltado à aprovação dos projetos de acordo com o interesse público. Não é essa a minha preocupação. Não estou preocupado, na condição de Líder do Governo, ter mais ou menos votos no processo de votação. Não é isso. O que temos em jogo, na verdade, é que está se iniciando aqui, o PSDB está declarando uma guerra contra o Governador Requião, contra o Governo, contra o PMDB, de forma

completamente equivocada, por causa de um problema da TV Educativa. No futuro, só não se arrependam disso e não digam que eu não avisei que era um grande erro que estava se cometendo de quem está definindo essa estratégia. Seja o Deputado Rossoni, o Prefeito Beto Richa, o Deputado Ademar Traiano. Não sei quem tem essa estratégia. Mas, quem está fazendo essa estratégia, na minha avaliação está cometendo um grande erro.

É isso Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança da Oposição: Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, agradeço ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, que me emprestou esse horário, mas na verdade falo muito mais na condição de Presidente da Comissão de Saúde, para relatar que hoje pela manhã tivemos uma reunião muito produtiva. Lá compareceram os Deputados Luiz Claudio Romanelli, Stephanes Júnior, Rosane Ferreira, Edson Strapasson, Artagão Júnior, Jonas Guimarães, que acompanhou a reunião na íntegra, e vários outros Deputados. Uma reunião muito produtiva sobre essa legislação antitabagista que foi encaminhada pelo Governo do Estado para a Assembleia Legislativa.

O que pudemos constatar ali na reunião é que há uma intenção muito grande e muito forte da classe médica, que se fez representar, para que esses substitutivo do Deputado Reni Pereira seja aprovado. Constatamos que por um lado existe uma preocupação de alguns sindicatos empresariais, sindicatos de bares e restaurantes, de panificações, dos jornalheiros, de hotéis, mas sentimos que a classe médica, em sua maioria, está muito favorável à aprovação dessa legislação antitabagista.

Esteve lá um representante da Associação Médico do Paraná, Dr. Jaime, que é também do Comitê Antitabagista; esteve o Dr. Bessa, que é da Sociedade de Psiquiatria; esteve presente o representante da Associação Médica Brasileira; tivemos ainda representante da Secretaria Estadual de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, e todos com argumentos muito fortes, muito coerentes, com muito embasamento científico, favoráveis às restrições, principalmente para coibir qualquer tipo de intoxicação que possa ocorrer aos fumantes passivos. O fumante passivo acaba sendo até mais prejudicado, às vezes, do que o fumante ativo, porque ele acaba inalando uma fumaça que não foi filtrada. A fumaça do cigarro que o fumante consome passa por um filtro, a fumaça do cigarro que o fumante passivo consome não é filtrada.

Então, a impressão que eu tenho, estava lá também, hoje pela manhã, o Fábio Aguaio, que é da ABRA-

BAR, está aqui acompanhando a Sessão, a impressão que eu tenho é de que a tendência médica e científica será, cada vez mais, em todo o Brasil, de restringir os locais onde é possível a pessoa fumar. Um dos argumentos que eles levantaram ali e que me pareceu bastante plausível é de que o próprio fumante, se só puder fumar ao ar livre, terá menos prejuízos à sua saúde, porque ele não irá respirar duas vezes a mesma fumaça. A partir da hora em que ele vai fumar ao ar livre, ele fumou uma vez, ele não está fumando de novo a sua própria fumaça. Esse argumento da classe médica, apresentado pela manhã, é um argumento forte!

Quero dizer que também me preocupo com a situação dos restaurantes, me preocupo com a situação principalmente dos agricultores da Cidade de Rio Negro e região, que estiveram representados pelo Secretário da Agricultura daquele Município e também pelo Presidente da OAB do Município, Furkin, e ainda pelo Presidente da Câmara Municipal do Município. O Prefeito, Alceu Swarowski, de Rio Negro, se manifestou contra este projeto antitabagista que está tramitando aqui na Assembleia.

Acredito que vamos ter muito polêmica ainda antes desse projeto chegar ao Plenário, porque ele ainda vai passar pela Comissão de Defesa do Consumidor, como prevê o Regimento, mas na minha condição de Presidente da Comissão de Saúde, a minha obrigação aqui é colocar, com coerência e transparência, o que está pensando a classe médica, o que estão pensando os profissionais da Saúde, e o que eu percebi é que eles são, em sua maioria absoluta, favoráveis à aprovação deste substitutivo, a legislação antitabagista que foi elaborado pelo Deputado Reni Pereira.

Da parte da Comissão de Saúde, amanhã estaremos anunciando o nome de quem será o relator do projeto, por parte da comissão, mas de antemão já quero dizer que estarei apresentando uma emenda ao projeto substitutivo, trazido a esta Casa pela CCJ através do Deputado Reni Pereira, uma emenda para que seja incluído aqui no Paraná, como foi em São Paulo também, o tratamento gratuito para as pessoas que são dependentes químicas do cigarro e desejam parar de fumar. O Estado do Paraná e a Prefeitura de Curitiba hoje já oferecem, em algumas unidades de saúde, esse tratamento, mas o Governo, daqui a pouco muda, o Prefeito daqui a pouco muda, o Prefeito daqui a pouco muda. Eu entendo que isso tem que ficar registrado como lei, para ficar garantido para o futuro uma lei que garanta o tratamento gratuito nas unidades de saúde, através do SUS, para as pessoas que quiserem deixar a dependência da nicotina, inclusive com o fornecimento dos medicamentos que existem hoje, que são receitados por psiquiatras e que são medicamentos extremamente modernos, medicamentos de Primeiro Mundo, mas são medicamentos caros, muitas vezes inacessíveis para a população mais carente.

Sabemos aqui que tem gente que consegue parar de fumar só com a força de vontade, mas também tem outros que têm uma dependência desenvolvida pela nico-

tina e que precisam de um auxílio médico. Antigamente a pessoa tinha que fazer um esforço maior, tinha que sofrer mais para deixar de fumar. Hoje em dia a pessoa pode contar com auxílio médico e o auxílio de remédios extremamente modernos e eficientes.

Ouçõ com muito prazer o aparte do eminente Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Não entrarei nessa discussão neste momento, até porque podemos discutir isso profundamente em outras audiências. Só lembrei-me de pedir um aparte para que V. Exa., que anuncia uma emenda, procure encontrar um caminho para que essa emenda seja constitucional. Porque da forma que V. Exa. está anunciando, ela vai receber parecer de inconstitucionalidade, em razão de estar criando uma obrigação ao Estado. E o fornecimento de medicamentos é coisa que não pode ser, lamentavelmente, da alçada da Assembleia Legislativa. Seria importante tratar isso com o Executivo, para suprir uma eventual deficiência constitucional.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço essa sua preciosa colaboração.

Nós começamos já ter uma conversa com o Deputado Reni Pereira, que foi o relator da matéria na CCJ, foi o autor do substitutivo. Ele acredita que podemos achar um caminho, mas também podemos tratar com o Executivo, até porque, embora a minha postura seja de independência em relação ao Governo do Estado, não há nenhum tipo de entrave ao diálogo com o Governo, muito pelo contrário, a Secretaria da Saúde nunca se furta de conversar conosco de maneira franca, objetiva e construtiva.

O senhor sabe, Deputado Caíto Quintana, que quando eu subo a esta tribuna jamais subi para fazer ataques pessoais ao Governador, ou a quem quer que seja no Governo. Sempre faço críticas construtivas, visando melhorar a qualidade de vida da população paranaense, porque é uma obrigação que eu tenho neste cargo para o qual fui designado pelos meus colegas Deputados, que é o cargo de Presidente da Comissão de Saúde.

Com o aparte o Deputado Felipe Lucas.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Queria cumprimentar pelo trabalho que você vem fazendo, principalmente, na Comissão de Saúde, haja vista embora eu seja médico e não participe, por fazer parte da Mesa. Temos que agir com moderação nessa questão, nós falamos tanto em tabagismo, e o senhor disse que há formas diferentes hoje de se parar de fumar, mas é muito estranho que, às vezes, no Brasil, não se preocupem um pouco mais com a questão da bebida alcoólica.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

O senhor sabe melhor do que eu, o senhor é médico, que hoje a bebida alcoólica associada ao volante

mata muito mais que o cigarro. Acho que temos, cada vez mais, fazer campanha para que as pessoas quando consumirem álcool, evitem dirigir. Isso é fundamental, é uma coisa extremamente necessária. O uso do táxi, inclusive, é uma opção extremamente racional.

Sr. Presidente, destacar a grande presença de vários setores com um diálogo franco, hoje, aberto, democrático, uma reunião muito boa. Todo mundo pode expressar a sua opinião. Estava lá o Sindicato da Panificação, a Associação Médica, Sindicato de Bares, Restaurantes e Hotéis, até a Federação das Indústrias enviou representante, AMOPAR, enfim, uma reunião bem transparente, uma Audiência Pública positiva. Tudo que foi dito ali, todas as opiniões vou entregar as notas taquigráficas a um relator que será designado amanhã pela Presidência da Comissão de Saúde, para que ele possa ter esse embasamento e realmente fazer outras emendas que ache necessárias, ou até mesmo um substitutivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 3265, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária de amanhã (quinta-feira), para logo após o término desta Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício. **Aprovado.**

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 802/09, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a disponibilização de 05 (cinco) quilômetros de pedras irregulares para pavimentação da linha Ouro Verde, situada no Município de Medianeira. **À Diretoria Legislativa, paras os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria registrar o meu voto contrário a esse apoio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado o apoio contrário do Deputado Jocelito Canto.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3274, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, requerendo licença para tratamento de saúde, pelo período de 30 (trinta) dias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 016/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA n° 004/09, de 09/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 262/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 027/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Campina Grande do Sul. **Aprovada. (Publ. no DA n° 057/09, de 01/06/09, em Mensagem).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 189/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 019/09, que objetiva efetuar cessão de uso do imóvel no Município de Porto Rico. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ, APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 016/09, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2010. COM PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO.

Está **aprovado, artigo por artigo**, na forma do substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 188/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 018/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Jesuítas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 207/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 022/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Pato Branco. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/09, de autoria do Ministério Público - Ofício n° 892/09, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do quadro de pessoal, quadro de oficiais de promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná dos cargos de provimento em comissão. COM PARECERES DA CCJ E CF.

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aqui a prova daquilo que eu falo em todo aumento. Nenhuma emenda ao aumento do salário dos servidores do Ministério Público. Nenhum Deputado fez nenhuma emenda. Algum dos senhores fez? Não! Os que fizeram do Poder Executivo, e que não podia fazer, agora também não fazem. Não fazem por quê? Porque a lei diz que não é admitido aumento de despesas também no que se refere a uma iniciativa do Ministério Público. Mas daí pergunto: senhores servidores do Estado do Paraná, lembram o que foi feito com vocês? Vocês foram usados, houve o uso de má-fé com os senhores, porque também não podia apresentar emendas, Porque o artigo 68 é claro: não compete aos Srs. Parlamentares fazer emenda, não pode! Mas fizeram! Qual foi a intenção clara? Desgaste político e se promover.

Dizer ao policial: “Olha, fiz uma emenda de 21%, a Assembleia não quis aprovar, a Bancada do Governo não quis!” E os nossos honrados homens do Ministério Público, não mereciam uma emenda dos

mesmos Deputados? Eles não são coitadinhos também? Eles não mereciam os 15%, os 21, eles não mereciam? Acho que mereciam, ou qual é a diferença do servidor do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa, do Poder Executivo, qual é a diferença?

Então, senhores servidores do Estado, mais uma vez provo nesta tribuna, diante de todos os Deputados aqui presentes, diz o painel que tem 43, mas acho que não tem, digo aqui que nenhum fez emenda. Por que não fez? Fica a pergunta. Só cabia emenda para desgastar politicamente e fazer mídia, mídia, mídia! Isso senhores. Mais uma vez provo: mato a cobra e mostro o pau.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputados que aprovam o item 07 permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3257 e 3258, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3259, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3263 e 3264, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3266 e 3267, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3268, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3271 a 3273, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3275, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3277, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3279, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3281, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada de quinta-feira, dia 02, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 013/07, 106, 258 e 263/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 241 e 305/09.

Levanta-se a Sessão.

